



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – BACHARELADO**

São Francisco do Conde, BA

Fevereiro de 2017

(3ª Versão)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

José Mendonça Bezerra Filho
Ministro da Educação

Tomáz Aroldo da Mota Santos
Reitor *Pro Tempore*

Aristeu Rosendo Pontes Lima
Vice-Reitor *Pro Tempore*

Andrea Gomes Linard
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maurílio Machado
Diretor do Instituto de Humanidades e Letras

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos
Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina
Vice-Coordenadora do Curso de Graduação em Relações Internacionais

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
**Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina
Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade
Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva
Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares
Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert
Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos
Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva
Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Identificação do Curso

Denominação do Curso:

Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Duração do Curso:

Mínima: 3 anos

Máxima: 4,5 anos

Regime Letivo: Semestral

Turnos de Oferta:

Noturno e Diurno

Vagas Autorizadas:

80 vagas anuais

Carga Horária:

3.080 horas

Título Acadêmico:

Bacharel em Relações Internacionais

Quadro de Professores Efetivos Vinculados ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo

Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Prof. Dr. Pedro Leyva Acosta

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo

Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares

Prof. Dr. Ismael Tcham

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	6
1.1. O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Unilab.....	6
1.2. História dos cursos das Relações Internacionais no Brasil	7
2. JUSTIFICATIVA.....	10
2.1. O curso de bacharelado em Relações Internacionais do ponto de vista do Projeto da Unilab ...	10
2.2. Demandas pelo curso	16
3. INFRAESTRUTURA.....	17
3.1. Contextualização da Instituição de Ensino Superior	19
3.2. Recursos humanos, infraestrutura e acessibilidade.....	28
3.2.1. Funcionamento do Colegiado do Curso	28
3.2.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante	30
3.2.3. Atuação e formação do coordenador do Curso	31
3.2.4. Acessibilidade	31
4. OBJETIVOS DO CURSO	33
4.1. Objetivo Geral	33
4.2. Objetivos específicos	33
5. FORMA DE INGRESSO NO CURSO	34
6. BASE LEGAL	34
7. PRINCÍPIOS CURRICULARES.....	36
7.1. Pressupostos metodológicos e epistemológicos	36
7.2. Prática como Componente Curricular	37
7.3. Processos de ensino-aprendizagem.....	38
7.3.1. Do(a) docente.....	39
7.3.2. Do(a) estudante	39
8. EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DA(O) PROFISSIONAL.....	39
8.1. Perfil geral das(os) egressas(os)	39
8.2. Competências e habilidades gerais das(os) egressas(os).....	40
9. MERCADO DE TRABALHO	41
10. APOIO AO DISCENTE	43
10.1. Programas de desenvolvimento acadêmico.....	43
10.2. Programas de Apoio Psicossocial.....	46
11. ESTRUTURA CURRICULAR	47
11.1. Núcleo Obrigatório Comum aos cursos da Unilab	50
11.2. Núcleo Obrigatório Comum ao curso de BHU	50
11.3. Núcleo Obrigatório da Área de Relações Internacionais	51
11.4. Disciplinas e atividades de formação profissional	51
11.4.1. O Trabalho de Conclusão de Curso.....	51
11.4.2. Atividades de formação profissional.....	52
11.5. Núcleo de Disciplinas Optativas e Eletivas.....	59
11.5.1. Disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Relações Internacionais.....	59
11.5.2. Disciplinas Eletivas ofertadas por outros cursos da Unilab	60
12. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	61
13. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	65
13.1 Disciplinas Obrigatórias	65

13.1.1 Disciplinas do núcleo comum da UNILAB	65
13.1.2 Disciplinas do núcleo comum do BHU	68
13.1.3 Disciplinas do conteúdo de Relações Internacionais	70
13.1.2 Disciplinas obrigatórias de TCC	80
13.1.3 Disciplina optativa ofertada por outro curso	81
13.2 Disciplinas Optativas da Área de Relações Internacionais	82
13.2.1 Eixo: Teorias e agendas de pesquisa em Relações Internacionais	82
13.2.2 Eixo: Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento	90
13.2.3 Eixo: Política Externa, Relações Bilaterais e Multilaterais	94
13.2.4 Eixo: Direito Internacional	98
13.2.5 Eixo: Ciências Humanas e Relações Internacionais	99
13.2.6 Eixo: Línguas estrangeiras	103
14. AVALIAÇÃO	105
14.1 Parâmetros gerais	105
14.2. Parâmetros de avaliação do currículo	106
15. REFERÊNCIAS	107

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Unilab

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), alocado no Instituto de Humanidades e Letras (IHL), Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, na Bahia, é uma terminalidade do curso de Bacharelado em Humanidades, que foi projetado para possibilitar a produção de conhecimentos e políticas em torno da missão da Unilab assente na ideia de cooperação solidária Sul-Sul e integração entre o Brasil e os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, modalidade presencial, terá duração mínima de três anos (seis semestres no total) e máxima de quatro anos e meio. Destaca-se que este o presente projeto pedagógico curricular segue o item IV do artigo 2º da Resolução Nº 2, de 18 de junho 2007, que afirma: “IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. Uma vez que o presente curso completa a sua integralização com a formação pregressa do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades realizado em quatro semestres letivos.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais funcionará a partir do regime letivo da semestralidade, com ofertas de ingresso no período diurno e noturno. Cada oferta terá quarenta vagas em cada semestre, totalizando oitenta vagas ao ano. A carga horária total do curso será de 3.080 horas. No final do curso o discente receberá o título acadêmico de Bacharel em Relações Internacionais.

O campo de estudo de Relações Internacionais é, por sua natureza, interdisciplinar. Integra, portanto, componentes de Economia, Ciência Política, História, Geografia, Sociologia, Direito, Antropologia e Filosofia. Nesse sentido, a proposta apresentada se encaixa perfeitamente na abordagem interdisciplinar do projeto pedagógico da Unilab.

O projeto pedagógico do curso de Relações Internacionais refere-se a um curso em nível de graduação, mas é pensado no sentido de avançar, em médio prazo, para a criação de

um programa de pós-graduação que possibilite a formação de uma massa crítica em pesquisa e intercâmbio que, por sua vez, fortalecerá a própria graduação em Relações Internacionais, os cursos do Instituto de Humanidades e Letras e outros cursos da Unilab.

1.2. História dos cursos das Relações Internacionais no Brasil

Uma análise da evolução histórica revela claramente que o estudo e a pesquisa em Relações Internacionais são relativamente novos no Brasil. O panorama da sua evolução histórica mostra que entre 1945 e 1950, surgiram o Instituto Rio Branco, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional.

No período de 1970, destacam-se a criação da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ligada ao Ministério de Relações Exteriores, e do primeiro curso de graduação de Relações Internacionais na UnB (1974). A partir dos anos 1980, cria-se o primeiro programa de Mestrado em Relações Internacionais na UnB, assim como o Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), primeiramente com o curso de graduação, e depois com o programa de mestrado, o segundo do país. Nessa época, começa a funcionar o Grupo de Estudos sobre Relações Internacionais e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Gripe/ANPOCS).

O período de 1990 e 2000 é marcado pelo processo de expansão de cursos de Relações Internacionais e do seu campo de estudo e pesquisa. A partir dos anos 1990, observa-se um avanço maior no número de cursos de graduação em Relações Internacionais ofertados, principalmente no âmbito das instituições de ensino particulares. Foi só em 1995 que o primeiro curso de Relações Internacionais foi implementado no estado de São Paulo, mais especificamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2008 (INEP, 2009) revelam que, dos 85 cursos de graduação em Relações Internacionais, 73 eram de instituições privadas, quatro de universidades federais, quatro de estaduais e quatro de municipais. Em 2008, formaram-se 1.985 alunos e foram registrados 5.052 novos ingressos.

No Estado da Bahia, foi criado recentemente um programa de pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade

Federal da Bahia, porém não há curso de graduação no estado ofertado por universidade pública.

É importante registrar que, ao lado dos cursos de Relações Internacionais, houve também um aumento de cursos de “negócios internacionais”, de caráter aplicado, entre os quais se sobressaem os cursos de Comércio Exterior. Eram em torno de 99 cursos de graduação que, em seu conjunto, comportavam, em 2008, um número de ingressos equivalente ao dos cursos de Relações Internacionais, ou seja, cerca de cinco mil alunos. Nesse quadro, a presença das instituições privadas continua a ser superior: 95 dos 99 cursos são de instituições privadas. Os restantes são: dois federais, um estadual e um municipal.

O curso de Economia Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) merece uma menção especial. É o único registrado no MEC, apesar de alguns outros cursos de Relações Internacionais também se apresentarem como especializados em “relações econômicas internacionais”, particularmente o curso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mais recentemente, criou-se um curso de Relações Internacionais no campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no estado de Mato Grosso do Sul, e na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Nessa instituição, chama a atenção o curso *Sociedade, Estado e Política na América Latina*, pela escolha de uma abordagem inovadora.

O que se percebe é que, desde meados dos anos 1990, houve uma explosão da oferta de cursos de Relações Internacionais alinhada com o processo de abertura do Brasil e de inserção no processo de globalização. O maior número dos cursos, porém, foi oferecido por instituições de ensino privadas, de maneira que a participação das universidades públicas ainda é modesta e recente, com exceção da pioneira UnB, conforme ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 1. Evolução da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil

Ano	Número de cursos	Alunos formados
1995	3	./-80
2003	45	ND
2008	85	1.985
2010	95	ND

Fonte: UFABC (2015)

Quanto à pós-graduação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registrou, no Censo de 2008, doze cursos: no Instituto Rio Branco (IRBR), com um mestrado profissionalizante; na Universidade Federal Fluminense (UFF) com os cursos de Defesa e de Relações Internacionais; na Universidade de Brasília (UnB); na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); na Universidade de São Paulo (USP); na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o Programa San Tiago Dantas; no Centro Brasileiro Estudos Latino-Americanos (Cebela/RJ); e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Destes, o Ministério da Educação (MEC) qualifica como “consolidados” apenas os cursos de pós na UnB e na PUC-RJ.

Não está incluído nessa lista o inovador Programa de Pós-Graduação em Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pepi/UFRJ), atrelado ao Núcleo de Estudos Internacionais no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas daquela universidade, com destaque para a área de Economia Política Internacional.

Importante registrar, ainda, os números divulgados pela FUNAG na ocasião da V Conferência Nacional sobre Política Externa e Política Internacional, realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro. Levando-se em conta todos os cursos universitários no Brasil que atuam de uma forma ou de outra na área de Relações Internacionais, existem hoje em torno de 45 mil alunos e sete mil professores.

O aumento quantitativo de ensino e pesquisa em Relações Internacionais proporcionou, igualmente, uma transformação qualitativa, trazendo a visibilidade da área, que vem sendo cada vez mais vista como um campo de estudo específico e não apenas uma subárea da Ciência Política.

As agências de fomento à pesquisa, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), asseguram o reconhecimento da especificidade da área das Relações Internacionais. Para fortalecê-la e garantir-lhe mais qualidade são lançados editais com o envolvimento direto do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Singularmente, cabe lembrar o Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais (Edital MRE/MEC/Capes 2001) que, entre outros, proporcionou a emergência do programa de pós-graduação com o mesmo nome, sob responsabilidade conjunta da Unesp, Unicamp e PUC-SP. Outro exemplo, que pode ser evocado aqui, é o Programa Renato Archer de Fomento à Pesquisa em Relações Internacionais (Edital MRE/MCT 2006), cujos temas prioritários são: (i) paz e segurança internacional; (ii) estudos sobre pólos de poder; (iii) América do Sul; (iv) desenvolvimento, ciência e inovação tecnológica; (v) normatividade e governança internacional.

Em 2005, observou-se também a criação de duas associações científicas na área: Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O curso de bacharelado em Relações Internacionais do ponto de vista do Projeto da Unilab

O bacharelado em Relações Internacionais da Unilab está inserido nesse cenário de fortalecimento da área de Relações Internacionais, tanto do ponto de vista educacional e acadêmico quanto do ponto de vista social e político. Todavia, é preciso levar em conta que não só o curso de Relações Internacionais, mas também a própria Unilab comportam

experiências novas, com características inovadoras que serão levantadas adiante nessa proposta de formação acadêmica e profissional.

A Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, que instituiu a Unilab, prevê:

A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP (BRASIL, 2010, §1º).

A Unilab é fruto do esforço realizado pelo Governo brasileiro para interiorização e internacionalização do ensino superior. Suas Diretrizes (UNILAB, 2010) retomam esse processo considerando que a expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), foi um dos eixos centrais da política educacional do governo brasileiro a partir de 2003. Ao lado disso, efetivou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão.

Relendo hoje as Diretrizes da Unilab (UNILAB, 2010), pode-se afirmar que a instalação desta Instituição Federal de Ensino Superior na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, e na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, região majoritariamente negra, não representa apenas o atendimento das metas do Reuni em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país. Aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida em que tem por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países da CPLP e, particularmente, com africanos, cujas culturas fomentaram a identidade nacional brasileira.

A Unilab está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do Governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, ela valoriza e apoia o

potencial de colaboração e aprendizagem entre Estados, nações e povos, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

Ao criar a Unilab o governo brasileiro abriu-se a países, territórios e comunidades da África, além de Ásia e Europa, que não somente adotam como língua oficial ou se expressam em língua portuguesa, mas que também partilham com o Brasil uma herança histórica e cultural. E, fundamentada nos princípios de apoio e ajuda mútua, a Universidade colabora para criar e consolidar espaços de formação, produção e disseminação de conhecimento com relevância social. Nesse sentido, a criação do curso de relações internacionais alinha-se ao projeto detalhado nas Diretrizes da Unilab, que, por sua vez, mira às demandas de promoção do desenvolvimento nacional descentralizado e sustentável dos países africanos.

O Capítulo I, Art. 1.º do Estatuto da Unilab apresenta a sua missão, seus objetivos e princípios e destaca que ela é “[...] vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos”.

O Capítulo II, Art. 5.º, Alínea VIII do Estatuto da Unilab instrui sobre os princípios da sua atuação: “respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente”; e nas suas Diretrizes encontram-se outros princípios que regem essa universidade internacional, como o reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar (UNILAB, 2010). A Unilab será espaço contínuo para que o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas se constitua em campo e espaço únicos de problematização e de análises críticas, a partir de programas que respondam à necessidade de formação de um sujeito social crítico e propositivo, capaz de analisar e participar de seu contexto político e econômico, assim como do mundial, de forma sustentável. Os programas e currículos da universidade, portanto, estão abertos a processos permanentes de aprendizagem, ampliando visões e conceitos teóricos pelos aportes das experiências concretas de discentes e docentes, recolhendo delas o que pode e deve ser recolhido, contribuindo para um mundo que se pretende mais justo e melhor.

Outros pontos relevantes levantados nas Diretrizes são: o destaque aos princípios de reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, e de gênero, além do

princípio da inclusão social com qualidade acadêmica (UNILAB, 2010). Para alcançar a superação de desigualdades é necessário resgatar aprendizagens decorrentes do passado com vistas à construção de um futuro autônomo, com reconhecimento e respeito às diferenças. Em função disso, a Unilab adota ações afirmativas que buscam ir além de cotas de acesso à universidade, do mesmo que contempla essas questões em seus programas curriculares. O compromisso com a qualidade acadêmica e inclusão social implica políticas que promovam o acesso à educação superior para todos e todas, que ampliem a cobertura social com qualidade, induzam o desenvolvimento de alternativas e inovações no processo formativo, nas formas de produção/disseminação de conhecimento e na constituição e consolidação de redes e alianças entre governos, setor produtivo, organizações da sociedade civil e instituições de educação superior. Assim, a qualidade estará vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A Unilab, enfim, nasceu no contexto de intenso debate nacional sobre a busca de caminhos para o desenvolvimento da população negra, da sua inclusão social pela implementação de políticas de ações afirmativas e de cotas, foi instituída pela Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, no mesmo dia em que foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Este contexto de valorização dos africanos e seus descendentes, negros brasileiros, marcado pelas reflexões acerca de políticas de reparações, fez com que em suas Diretrizes (2010), a Unilab contemplasse a política de ações afirmativas e cotas como elementos estruturantes de sua filosofia institucional. Na sua lei de fundação, com o objetivo de cumprir com a política de ações afirmativas e cotas nos processos de seleção de quadros de professores e de estudantes internacionais, observam-se tais determinações, ao prever a abertura de processo seletivo de professores e estudantes para cidadãos dos países membros da CPLP, tanto no que se refere aos candidatos quanto no âmbito dos membros dos comitês julgadores. Além disso, fomenta-se a contratação de professores visitantes que venham a somar com a construção da universidade (BRASIL, 2010, Art. 13).

As políticas de ações afirmativas estão igualmente contempladas no Plano do Desenvolvimento Institucional da Unilab. No âmbito do desenvolvimento e gestão de pessoas, a política deve ter por princípio promover um ambiente de aprimoramento acadêmico e compartilhamento de experiências, tendo em vista a diversidade social e cultural da universidade. Deve ter por foco, portanto, o constante aperfeiçoamento do corpo técnico-

administrativo, docente e discente, bem como o apoio ao bem-estar por meio da promoção de relações solidárias, mantendo os princípios e valores da Unilab.

Nesse sentido, a Unilab tem trabalhado para promover não só o acesso e a permanência de estudantes do ensino público e de afro-descendentes brasileiros, como também no melhoramento de processos educativos, discutindo aspectos socioculturais envolvidos em atitudes de preconceito, racismo, xenofobia e desenvolvendo mecanismos de sensibilização da comunidade acadêmica e da região para a questão das desigualdades, (UNILAB, 2010, p. 41).

A história da Unilab é parte da história de luta e resistência de africanos/as escravizados/as e seus/suas descendentes no Brasil, que orientam em grande medida a estruturação do presente curso de graduação de Relações Internacionais da Unilab. Nesse sentido, foram identificadas como prioritárias, por ocasião de sua fundação, as seguintes áreas de conhecimento, em diálogo com o governo brasileiro e com as autoridades de países parceiros: agricultura; saúde coletiva; educação básica; gestão pública, tecnologias e desenvolvimento sustentável (UNILAB, 2010, p. 15). Com base nas áreas eleitas, foram criadas as seguintes unidades acadêmicas e cursos, ofertados nos campi do Ceará: o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas oferece o curso de bacharelado em Administração Pública nas modalidades presencial e a distância; o Instituto de Desenvolvimento Rural, o curso de bacharelado em Agronomia; o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, os cursos de licenciaturas em Ciências Biológicas, Ciências da Natureza e Matemática, Física e Química; o Instituto de Humanidades e Letras, os cursos de Bacharelado em Humanidades e em Antropologia, e Licenciaturas em Letras, Sociologia, História e Pedagogia; o Instituto de Ciências da Saúde oferece curso bacharelado em Enfermagem e o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável, o curso de bacharelado em Engenharia de Energias. Além disso, no Campus dos Malês (Bahia), está presente o Instituto de Humanidades e Letras, com os seguintes cursos: a Licenciatura em Letras-Português, o Bacharelado em Humanidades, com suas respectivas terminalidades: Licenciaturas em Pedagogia e História, Licenciaturas e Bacharelado em Ciências Sociais e Relações Internacionais. Finalmente, há previsão de implementação do curso de Medicina para o ano letivo de 2017.

A instituição oferta, nos campi do Ceará, três cursos de Pós-Graduação presenciais Lato Sensu, em nível de Especialização (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão

em Saúde), sendo previstos para fevereiro de 2017 as especializações em Saúde da Família e Gestão de Recursos Hídricos e Ambientais, inseridos no contexto do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)/CAPES, e, além destes, três cursos de Pós-Graduação presenciais *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado (Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH e Mestrado Acadêmico em Enfermagem – MAENF).

Nesse mosaico de cursos e investimentos na estruturação das pautas pedagógicas da Unilab, o curso de Relações Internacionais vincula-se estritamente à agenda política da instituição. Ele se fundamenta a partir das epistemologias do Sul que valorizam a interdisciplinaridade (SANTOS; MENESES, 2010) e dialogam permanentemente com os estudos africanos, das relações étnico-raciais e de gênero na produção de conhecimentos e políticas públicas.

Portanto, o caráter interdisciplinar, inovador e predominantemente internacional da Unilab, como também o envolvimento de atores regionais, influenciaram a formatação do curso de Relações Internacionais do campus dos Malês e de seu projeto pedagógico. Sem dúvida, o fato desse curso estar inserido no contexto de uma trajetória nova e ousada, que pretende contribuir com o avanço qualificado da interdisciplinaridade para dar respostas aos desafios do Brasil no século XXI, combinando o objetivo de excelência acadêmica com o de inclusão social, é o que mais abre oportunidades e desafios para essa experiência. Nesse sentido, é impossível desconsiderar o peso da localização da Unilab/ Campus dos Malês.

A presença da Unilab na região metropolitana de Salvador e no Recôncavo baiano aponta para a necessidade de um diálogo com a evolução histórica do estado da Bahia na sua relação pioneira com a África. Assim, a universidade deve contribuir para o desenvolvimento dessa região, ao produzir conhecimentos relevantes à realidade local, considerando as questões da diversidade cultural, do patrimônio histórico e cultural do Brasil e dos países africanos.

2.2. Demandas pelo curso

Assim, é preciso notar que o Bacharelado em Relações Internacionais da Unilab/Campus dos Malês apresenta uma grande especificidade em relação aos demais cursos de Relações Internacionais, justamente por se inserir em um projeto universitário totalmente novo, que privilegia a interdisciplinaridade, a integração, a internacionalização, a inserção social e regional do conhecimento e novas práticas tecnológicas, de gestão pública e de realização da cooperação internacional pautada na solidariedade. Essa especificidade se expressa, como não poderia deixar de ser, nos eixos centrais do curso que almejam, também, dar conta da nova inserção internacional do Brasil, que exige outras responsabilidades e uma maior participação de todos segmentos da sociedade nesse processo. Para se avançar, é preciso sair da situação marcada pelo déficit de conhecimento e fazer discussões necessárias para que o país aproveite as oportunidades que ainda existem, assumindo as responsabilidades que isso implica.

O curso de Relações Internacionais da Unilab foi elaborado, portanto, a partir de algumas áreas centrais que têm destacado o Brasil como um dos maiores países emergentes no Sul Global. Em primeiro lugar, o Brasil é visto como uma potência energética, e isso comporta consequências geopolíticas que começaram somente recentemente a ser estudadas na área de Relações Internacionais. A liderança nos biocombustíveis, as descobertas do pré-sal que situam o país entre aqueles com maior reserva de petróleo e a base de uma matriz energética entre as mais limpas do mundo colocaram o Brasil em posição de liderança na discussão sobre energia e meio ambiente, dois assuntos que se tornaram inseparáveis. Ligado a isso, a Unilab implementou o seu Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável para produzir conhecimentos sobre a geopolítica da energia e do meio ambiente.

Uma outra área em que o Brasil se tem destacado é da ciência e tecnologia. A sua consolidação, devida a atuação ativa do Estado brasileiro e, muitas vezes, em oposição à lógica das empresas capitalistas transnacionais, tem se revelado nos setores de agricultura e saúde. Nesse sentido, o que se tem percebido ultimamente é a liderança do Estado brasileiro no sentido de defender a transferência de benefícios da ciência e tecnologia para a maior parcela da população, trazendo novas concepções de realização e investimento, como a

economia solidária, a agricultura familiar e a saúde coletiva, que passaram a receber uma atenção especial.

A globalização capitalista como espaço da atuação das empresas nacionais e transnacionais, viu-se, nesse contexto, confrontada com a globalização de baixo, dos povos e da gramática dos direitos humanos. Os programas sociais da última década, que enfocaram o combate à fome e à miséria, por meio do programa Bolsa Família, as políticas em prol da igualdade racial, contra a violência de gênero, que vulnerabilizam em especial as mulheres e comunidades LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

Com isso, espera-se que o curso de graduação em Relações Internacionais e, futuramente, o de pós-graduação relacionado a esta área venham a oferecer a formação de profissionais e pesquisadores que trabalhem com as temáticas de Ciência e Tecnologia (C&T), políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial, de gênero e sexualidade, de saúde, educação, agricultura e desenvolvimento sustentável assentes no paradigma de direitos humanos desde a perspectiva do Sul global, das africanidades e do campo de gênero.

Nesta perspectiva, a fim de ampliar o universo de possíveis interessados em uma formação sólida em Relações Internacionais na Unilab/ Campus dos Malês buscar-se-á, juntamente à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e as instâncias superiores da Universidade, estudar e desenvolver formas alternativas de ingresso discente para além dos oriundos do Bacharelado em Humanidades e Letras quando for necessário.

3. INFRAESTRUTURA

O Campus dos Malês está localizado no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, a 67 km de Salvador. São Francisco do Conde tem 39.329 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2015. É o município de maior população negra declarada do Brasil (maior que 90%). Está entre os sete municípios baianos com maior índice de produto interno bruto per capita (R\$ 42.707 em 2013).

As atividades acadêmicas da Unilab iniciaram em 16 de fevereiro de 2013 com o Polo de Apoio Presencial de Ensino a Distância (EaD) que oferece cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública) e de pós-graduação (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão Pública em Saúde). Através do Plano Nacional de Formação de

Professores da Educação Básica (Parfor) oferece também o curso, na modalidade de Educação a Distância, de Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola (UNIAFRO).

A atividade a distância requer uma profunda reflexão e proposição quanto à adaptação à missão e diretrizes da Unilab, considerando a ampliação conceitual do mesmo, sobretudo no que diz respeito às questões de integração e internacionalização do ensino.

Os cursos presenciais do Campus dos Malês, o Bacharelado em Humanidades (BHU) e a Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, iniciaram suas atividades em 26 maio de 2014. No início de 2017, começam as terminalidades em Pedagogia, História, Ciências Sociais e Relações Internacionais.

A estrutura do campus universitário funciona em imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde em área de 2.710m². Possui dois pavimentos interligados por escada e rampa de acessibilidade, oito salas administrativas e dez salas de aula climatizadas e equipadas com projetor, computador e quadro branco; laboratório de informática com 33 computadores, conexão à internet sem fio, auditório com 132 lugares, banheiros com acessibilidade, enfermaria, restaurante universitário, funcionando em dois períodos (11:30 às 14:00 e das 17:30 às 19:00) e biblioteca com 4.400 livros em julho 2016. No espaço externo a unidade possui uma quadra poliesportiva coberta, estacionamento e banheiros.

Todos os estudantes têm acesso ao apoio social, econômico, psicológico, questões alimentares e primeiros socorros que são disponibilizados no campus por técnicos profissionais nestas áreas, nomeadamente duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma nutricionista e uma enfermeira. Casos de problemas médicos mais graves são direcionados ao hospital em São Francisco do Conde que se encontra numa distância de dez minutos do campus. Uma percentagem elevada dos estudantes recebe auxílios financeiros. Existe um programa especial para a recepção dos estudantes brasileiros e estrangeiros, organizado pelas assistentes sociais. Além disso, nas primeiras quatro semanas, os estudantes estrangeiros são hospedados em residências em Santo Amaro para facilitar a sua adaptação no novo ambiente.

Depois deste período, os estudantes estrangeiros são encaminhados para quartos de aluguel no município de São Francisco do Conde. Os coordenadores e todos os docentes disponibilizam atendimento individual a qualquer estudante que pede apoio em relação a problemas de aprendizagem ou outros.

Em agosto de 2015 foram iniciadas, em terreno cedido pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, as obras de construção dos blocos didáticos onde funcionarão os novos cursos do Instituto da Saúde, o curso de Medicina e do Instituto de Humanidades e Letras do campus dos Malês.

Os novos prédios terão, aproximadamente, 24 salas de aula, áreas de convivência com cantinas, biblioteca, áreas administrativas, novos laboratórios de informática, de pesquisas voltadas para a saúde, ciências sociais e abrigará o Laboratório de Análise Internacional do curso de Relações Internacionais.

3.1. Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Nome da IES:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Endereço:

Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n - Centro, São Francisco do Conde - BA, 43900-000

Documento de Criação da IES:

Lei Federal nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

Perfil e Missão da IES:

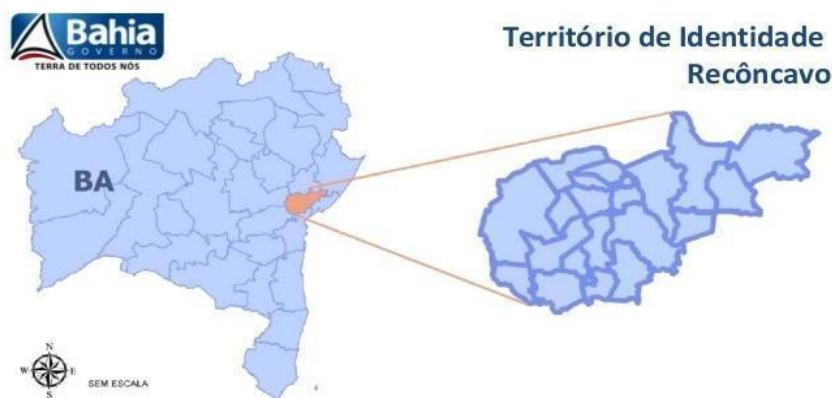
A criação da Unilab se insere no contexto da expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), é um dos eixos centrais da política educacional do governo brasileiro. Nesse sentido, o Reuni constitui um dos mais importantes e inovadores programas voltados à recuperação do sentido público e compromisso social da educação superior, dada sua orientação de expansão com qualidade e inclusão. A comissão de implantação da Unilab instalou-se em outubro de 2008 pelo MEC, e a sanção presidencial com a lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da universidade, espelham concretamente essa política.

A Unilab está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação sul-sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, ela valorizará e apoiará o

potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior. A Unilab tem como Missão produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa — especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente — por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

A Unilab, criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, é uma instituição autárquica pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação. Está localizada em dois estados da federação brasileira. No estado do Ceará, nos municípios de Redenção (Campus da Liberdade e Campus dos Palmares) e município de Acarape (Campus das Auroras), onde está sediado o reitorado; e no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde, onde tem a Unidade Acadêmica Campus dos Malês, no *território de identidade* do Recôncavo (Figura 1), conforme classificação política e administrativa do Governo do Estado.

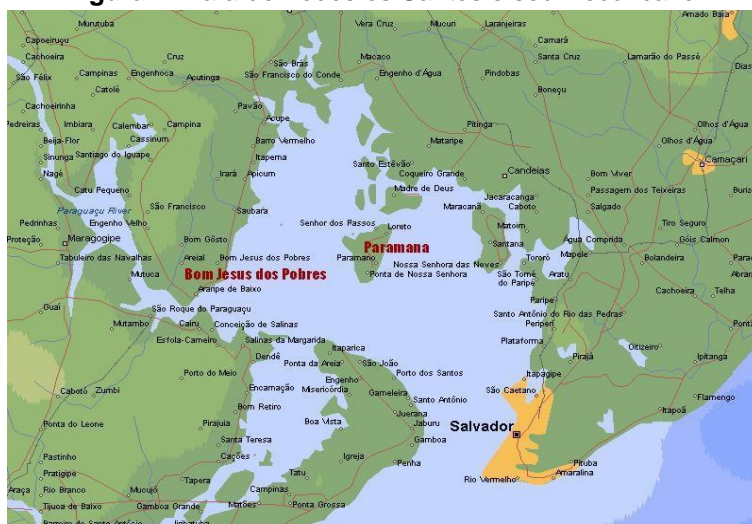
Figura 1. Território de identidade do Recôncavo.



Fonte: SEDUR (2012 apud GABRIELLI DE AZEVEDO, 2013).

O Recôncavo é a região geográfica que forma um arco em torno da Baía de Todos os Santos, conforme a Figura 2. Neste mapa apresentamos a conformação do *sistema geo-histórico* da região que se estende num extremo dos municípios de Valença e Nazaré até o outro nos municípios de Candeias, São Francisco do Conde e Santo Amaro.

Figura 2. Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo.



Fonte: SANTANA (2010).

No entanto, em termos da classificação político-administrativa do Estado, o *Território de Identidade* do Recôncavo é formado por vinte municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo, que juntos ocupam uma extensão de 5.221,201 km², contando com uma população de 576.672 habitantes, cf. a Tabela 2, mais à frente, e apresenta uma densidade demográfica média de 110,45 hab/km², conforme é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1. Área territorial e densidade demográfica dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo, 2010.

Município	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Cabaceiras do Paraguaçu	226,0	76,7
Cachoeira	395,2	81,0
Castro Alves	711,7	35,7
Conceição do Almeida	289,9	61,7
Cruz das Almas	145,7	402,1
Dom Macedo Costa	84,8	45,7

Governador Mangabeira	106,3	186,4
Maragogipe	440,2	97,3
Muniz Ferreira	110,1	66,5
Muritiba	89,3	323,6
Nazaré	253,8	107,5
Santo Amaro	492,9	117,3
Santo Antônio de Jesus	261,3	348,1
São Felipe	206,0	98,6
São Félix	99,2	142,1
São Francisco do Conde	262,9	126,2
São Sebastião do Passé	538,3	78,3
Sapeaçu	117,2	141,5
Saubara	163,5	68,5
Varzedo	226,8	40,2
TOTAL	5.221,201	110,45

Fonte: IBGE (2010).

A geografia do Recôncavo da Bahia oferece uma diversidade de paisagens: entranças de terra, contornadas por mar e rios, lagunas, cachoeiras, manguezais, estuários etc., onde existem populações e comunidades que ocupam estas áreas há muitos séculos, a exemplo das indígenas, ribeirinhas, pesqueiras, religiosas, quilombos, dentre outras (SOUZA, 2013). Nos últimos dez anos, estas comunidades têm vivenciado, mais uma vez, ameaçadas pela iminência de novos investimentos na execução dos projetos governamentais de desenvolvimento em curso no Estado, a exemplo dos impactos com a implantação do gasoduto da Petrobrás na região; o projeto de construção da ponte que irá ligar Salvador à Ilha de Itaparica, um conjunto de empreendimentos turísticos em diferentes pontos da região, dentre outros, a despeito do enfrentamento e resistência que muitas delas têm empreendido.

Os municípios que configuram este *território* guardam em si experiências históricas e sociais que fez se desenvolver processos e práticas sociais e culturais comuns. Sendo assim, a região foi marcada por um longo processo de ocupação, desde os tempos coloniais, onde se desenvolveram os engenhos de cana-de-açúcar; a extração do óleo de baleia, a exploração do fumo, o cultivo de víveres e, posteriormente a exploração do petróleo. Este processo produziu histórica e culturalmente em todo o território um rico patrimônio material e imaterial que se fazem presentes na memória da arquitetura coloniais das fazendas, engenhos e sobrados, nas edificações das antigas fábricas de fumo e tecido, nas estruturas da antiga linha férrea e,

principalmente na riqueza das práticas, manifestações e modos de vida de suas populações (SOUZA, 2013; FRAGA, 2006, 2009).

No Recôncavo predominaram, durante o século XIX, atividades agrícolas e extrativistas voltadas para o mercado externo assim como para o abastecimento da capital, Salvador. Durante muito tempo, quase toda a comunicação e as trocas entre a capital, as outras cidades da região e alhures eram feitas através do mar, em saveiros que cruzavam a Baía de Todos os Santos, levando caixas de açúcar para serem [re]exportadas em Salvador; e frutas, verduras, farinha de mandioca, pescado, marisco, galinhas e outros recursos para o abastecimento da cidade, além de cerâmica e telhas, produzidos pelo trabalho escravo.

O geógrafo baiano Milton Santos ao estudar a configuração territorial do Recôncavo até o século XIX observou a diversidade e potencialidade sociais e econômicas de suas diferentes zonas: pecuária extensiva e corte de madeira, produção fumajeira, corte de cana de açúcar, indústria têxtil, sinalizando para aspectos específicos de sua história e ocupação, sem desconsiderar aspectos comuns decorrentes de suas redes de interligação e interdependência (SANTOS, 1998).

Parte desta dinâmica se manteve durante a primeira metade do século XX, quando se observa mudanças radicais na organização econômica e social na região. Porém, ainda hoje os saveiros circulam em diversos veios d'água que desenham a Baía e seu Recôncavo, garantindo parte importante da circulação de mercadorias entre estas cidades e a sobrevivência de muitas pessoas (SOUZA, 2013).

Depois de décadas de estagnação econômica, o Estado tem novamente planos para a região. Considerado como sucessor quase natural às atividades predominantemente rurais de diversas regiões da Bahia, o turismo vem ocupando as atenções dos órgãos públicos. Diversos estudos e planejamentos têm sido executados, na tentativa de reverter investimentos na atividade turística, que, na região, articularia o potencial náutico, paisagístico/ecológico e histórico. Neste sentido, nos últimos anos as ações marcaram reforçar a característica paisagística, a exemplo da criação de Áreas de Proteção Ambiental, junto com a implantação de programas de saneamento básico; a construção de marinas, atracadouros e a implantação de novas linhas de transporte marítimo, estes que pretendem incentivar o apelo náutico; o

argumento histórico, no entanto, não conta com nenhum incentivo de peso ou política efetiva de proteção.

Conforme IBGE (2010), 177.490 habitantes do Recôncavo ocupam a zona rural (31,30%), que vivem da agricultura, pastagem e extrativismo (lenha, castanha-de-caju, carvão vegetal, licuri e piaçava). Do outro lado, a população das áreas consideradas urbanas vive eminentemente do trabalho nos setores de serviço e do poder público municipal. Como em tempos alhures, a circulação cotidiana internamente na região e dos seus municípios para a capital continua sendo parte de sua característica e a estratégia adotada por seus habitantes na busca de trabalho e serviços.

Tabela 2. População residente, taxa anual de crescimento e grau de urbanização dos Municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991/2000/2010.

Nome do município	Total da população 1991	Total da população 2000	Total da população 2010	Taxa anual de crescimento (%) 2000/2000	Taxa anual de crescimento (%) 1991/2000	Grau de urbanização 2000	Grau de urbanização 2010
Cabaceiras do Paraguaçu	14.523	15.547	17.327	0,77	1,09	21,26	26,80
Cachoeira	28.290	30.416	32.026	0,82	0,52	52,05	51,17
Castro Alves	26.773	25.561	25.408	0,52	-0,06	57,30	61,74
Conceição do Almeida	18.542	18.912	17.889	0,22	-0,55	43,98	44,31
Cruz das Almas	45.858	53.049	58.606	1,65	1,00	74,66	85,12
Dom Macedo Costa	3.904	3.748	3.874	0,46	0,33	34,61	45,46
Governador Mangabeira	17.859	17.165	19.818	0,44	1,45	38,94	37,43
Maragogipe	38.811	40.314	42.815	0,43	0,60	52,20	58,61
Muniz Ferreira	6.280	6.941	7.317	1,13	0,53	47,56	46,39
Muritiba	24.534	30.644	28.899	2,52	-0,58	58,43	62,42
Nazaré	25.954	26.365	27.274	0,18	0,34	87,28	83,83
Santo Amaro	54.180	58.414	57.800	0,85	-0,11	76,19	77,45
Santo Antônio de Jesus	64.331	77.368	90.985	2,09	1,63	85,62	87,16
São Felipe	20.107	20.228	20.305	0,07	0,04	40,79	48,36
São Félix	12.182	13.699	14.096	1,32	0,29	63,86	65,72
São Francisco do Conde	20.238	26.282	33.183	2,97	2,36	83,21	82,55
São Sebastião do Passé	36.825	39.960	42.183	0,92	0,54	73,95	78,55
Sapeaçu	15.192	16.450	16.585	0,90	0,08	45,74	48,74

Saubara	8.016	10.193	11.201	2,73	0,95	98,85	97,74
Varzedo	8.662	8.673	9.109	0,01	0,49	30,29	36,93
Recôncavo	491.041	539.929	576.672	1,07	0,66	65,63	49,22

Fonte: IBGE (2010).

Conforme podemos observar na tabela acima, ocorre em todo o Recôncavo um processo crescente de aumento da população e de urbanização das cidades da região. Em casos como o de São Francisco do Conde, município onde se localiza o campus da Unilab, os números chamam a atenção. Alguns estudos atribuem este processo aos investimentos em políticas públicas de assistência social e à instalação de equipamentos de serviços e indústria no município.

Tabela 3. População residente, por cor ou raça, segundo os municípios por Território de Identidade, Bahia, 2010.

Municípios	População residente					
	Total	Cor ou raça				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
BAHIA	14.016.906	3.110.605	2.397.249	158.925	8.293.057	56.381
Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	1.795	4.765	203	10.542	22
Cachoeira	32.026	3.325	13.020	696	14.854	131
Castro Alves	25.408	3.295	5.874	210	15.927	102
Conceição do Almeida	17.889	1.937	5.119	123	10.703	7
Cruz das Almas	58.606	8.201	15.309	559	34.438	99
Dom Macedo Costa	3.874	710	843	16	2.303	2
Governador Mangabeira	19.818	1.558	6.602	219	11.416	23
Maragogipe	42.815	7.291	9.629	487	25.396	12
Muniz Ferreira	7.317	1.290	1.605	37	4.384	1
Muritiba	28.899	3.580	8.120	443	16.715	41
Nazaré	27.274	3.938	6.155	226	16.917	38
Santo Amaro	57.800	4.398	22.217	1.411	29.708	66
Santo Antônio de Jesus	90.985	20.276	21.056	700	48.845	108
São Felipe	20.305	3.635	4.587	239	11.833	11
São Félix	14.098	1.507	4.124	238	8.159	70
São Francisco do Conde	33.183	2.239	13.278	711	16.878	77
São Sebastião do Passé	42.153	4.001	13.185	1.004	23.921	42
Sapeaçu	16.585	2.026	4.705	125	9.715	14

Saubara	11.201	838	3.938	284	6.128	13
Varzedo	9.109	1.603	1.587	53	5.862	4
Total	576.672	77.443	165.718	7.984	324.644	883

Fonte: IBGE (2010).

A vulnerabilidade social da população que constitui a região é visível ao observador atento e os índices atestam para tal. As taxas de analfabetismo, por exemplo, informam que a maioria dos municípios do Recôncavo apresenta índices muito acima da média do Estado (Tabela 4). Se considerarmos que a grande parte da população da região é constituída por negros (agregado autodeclarado de “pretos” e “pardos”), esta realidade afeta diretamente essa população, especialmente os jovens que também caracterizam a maior parte dos habitantes da região. Cabe destacar aqui os altos índices de analfabetismo na região, conforme indica a Tabela a seguir.

Tabela 4. Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectiva taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo os municípios por Território de Identidade, Bahia – 1991.

Nome do município	15-24 anos		25-39 anos		40-59 anos		60 anos ou mais		15 anos ou mais	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Cabaceiras do Paraguaçu	977	34,6	980	48,5	1.222	65,7	1.139	79,6	4.086	52,1
Cachoeira	1.067	18,4	1.225	35,3	1.683	43,2	2.661	62,4	5.636	32,8
Castro Alves	1.394	26,8	1.526	37,0	2.167	56,5	2.550	72,2	6.929	44,1
Conceição do Almeida	809	22,4	919	30,1	1.574	57,8	2.195	76,5	4.982	43,0
Cruz das Almas	1.403	14,4	1.576	18,0	2.424	38,9	3.591	59,8	7.552	26,7
Dom Macedo Costa	138	19,1	206	32,7	312	55,0	508	77,6	1.050	43,2
Governador Mangabeira	699	20,3	960	33,3	1.256	56,1	1.401	78,7	4.017	40,3
Maragogipe	2.621	33,7	2.717	43,6	3.254	58,6	3.627	69,8	11.122	48,0
Muniz Ferreira	316	25,5	385	36,7	565	60,9	541	82,1	1.710	45,5
Muritiba	915	18,1	1.078	25,1	1.494	43,6	2.208	63,2	4.881	32,6
Nazaré	1.518	28,6	1.534	31,8	1.891	51,7	2.197	62,2	6.310	39,5
Santo Amaro	1.626	14,6	2.017	19,4	2.932	38,7	4.107	57,4	8.934	26,9
Santo Antônio de Jesus	1.997	14,4	2.590	19,6	3.501	40,5	4.993	64,2	11.292	27,7
São Felipe	983	26,1	1.184	35,8	1.680	57,8	2.163	77,0	5.512	45,4
São Félix	543	22,4	675	30,2	776	49,7	1.163	65,7	2.758	37,3
São Francisco do Conde	660	15,5	923	24,0	1.115	43,7	1.120	62,8	3.401	28,9
São Sebastião do Passé	1.487	19,3	2.000	26,7	2.242	47,1	2.281	71,0	7.349	33,1
Sapeaçu	567	19,4	737	30,2	1.104	53,8	1.534	75,7	3.570	39,9
Saubara	291	18,4	357	24,7	522	43,5	802	59,2	1.645	33,0
Varzedo	515	31,4	591	43,4	869	62,3	838	79,7	2.643	50,5
Recôncavo	20.526	100,0	24.180	100,0	32.583	100,0	41.619	100,0	105.380	100,0

Fonte: IBGE (1991).

As instituições de ensino de nível superior podem e, de certa forma, já têm representado um passo importante na mudança de alguns aspectos neste quadro, considerando a formação de profissionais que poderão ser recrutados a atuar na área da educação e em outras áreas, bem como através de suas ações de extensão. Até 2004 o Recôncavo dispunha apenas de duas instituições públicas de ensino superior, a saber: Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com *campi* nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, respectivamente. A partir do processo de expansão e interiorização das instituições de ensino iniciado no país, neste período foram criadas a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com *campi* espalhados pelas cidades de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Cachoeira, e a Unilab, com campus São Francisco do Conde. No mapa abaixo, o campus da Unilab não aparece indicado em São Francisco do Conde. Além destas, em Santo Antônio de Jesus encontra-se um campus da Faculdade Adventista da Bahia (Fadba), que foi a primeira Instituição de Ensino Superior Privada da Região, sendo responsável pelo início do processo de democratização da educação superior no Recôncavo Baiano no final da década de 1990.

Figura 4. Número de unidades de ensino superior por município na macrorregião do Recôncavo e na Região Metropolitana de Salvador, 2012.



Fonte: CONSÓRCIO GEOHIDRO-SANDOTÉCNICA (2012 apud GABRIELLI DE AZEVEDO, 2013).

Ademais, cabe destacar a riqueza das práticas e manifestações culturais e a celebração das festas rituais de devoção, por exemplo: a Iemanjá, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Neves, Bom Jesus do Amparo e Senhora Bom Jesus dos Navegantes, em todo o

Recôncavo. As festas da Irmandade da Boa Morte (Cachoeira), as Caretas do Iguape (Iguape) e de Acupe (Santo Amaro); de Nossa Senhora da Purificação (Santo Amaro); do Lindroamor (São Francisco do Conde), as festas de Cosme e Damião, dentre tantas outras.

É neste contexto rico em cultura e diversidade que a Unilab encontra-se inserida, além disso, sua criação corresponde à ampliação das ações afirmativas no campo educacional, por meio das seguintes estratégias: a Lei 10.639/2003 que promove a implementação do ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, na educação básica em instituição pública e privada; em complemento, a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. Essas medidas alteram a Lei 9.394/1996, conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Visando contribuir com a operacionalização dessa lei, em 2009 foi elaborado o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Quanto à educação superior destacam-se: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instaurado pela Lei 11.096/2005, que concede bolsas a alunas(os) pobres, indígenas e negras(os), isso é, contribui para a ampliação do ingresso e permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior privado; e, a aprovação da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) que garante a reserva de 50% das vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao MEC para estudantes oriundos de escolas públicas, prevendo a distribuição entre pretos, pardos e indígenas.

3.2. Recursos humanos, infraestrutura e acessibilidade

3.2.1. Funcionamento do Colegiado do Curso

Com o intuito de conduzir os eixos de ensino, pesquisa e extensão referentes ao curso, o colegiado do curso de Bacharelado representa uma instância decisória fundamental para os processos de formação e desenvolvimento da área de relações internacionais na Unilab. Assim, o colegiado é composto:

- a) pelo coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, como presidente;
- b) pelo vice-coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, como vice-presidente;
- c) por todos os docentes, em efetivo exercício, que ministrem disciplinas ofertadas pelo curso de Bacharelado em Relações Internacionais;
- c) pelos servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado;
- d) pela representação discente do curso, na proporção de 1/5 do total de membros do colegiado.

Ainda de acordo com a Resolução no. 10/2013 CONSUNI/UNILAB, de 18 de junho de 2013, o Colegiado do Curso deverá se reunir, ordinariamente, a cada trinta dias, e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por decisão de dois terços de seus membros.

Compete ao Colegiado de Curso:

- a) eleger as instâncias de coordenação pedagógica e de outras instâncias referentes ao curso – como Coordenador, Representante docente do curso em atividades que requeiram o mesmo e membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- b) deliberar sobre as atividades do Curso, de acordo com as normas estabelecidas pelo Consuni;
- c) eleger comissões permanentes ou temporárias para execução de atividades ligadas às relações internacionais ou que representem dentro do Instituto de Humanidades e Letras e da UNILAB como um todo;
- d) planejar e decidir sobre atividades curriculares e extracurriculares, tais como ementários, mudanças curriculares, alterações na estrutura prática do curso, encontros, semanas temáticas e afins;
- e) participar e decidir sobre na elaboração de editais e demais instrumentos de construção do quadro docente (tais como comissões de análise de redistribuição de professores de outros institutos ou outras IES para o curso);
- f) elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;
- g) elaborar e aprovar o Plano Anual das Atividades do Curso;

- h) aprovar bancas de defesa de monografias, dissertações e teses, quando couber;
- i) deliberar sobre recursos materiais e humanos voltados ao curso;
- j) deliberar e avaliar sobre pedidos de afastamento ou redistribuição de docentes, segundo normas da Unilab;
- k) planejar a oferta de componentes curriculares;
- l) decidir sobre procedimentos referentes aos pedidos de matrícula e sobre trancamento, transferência ou aproveitamento de estudos;
- m) deliberar sobre solicitações, recursos ou representações de alunos referentes à sua vida acadêmica.

3.2.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

Instituído pela Portaria do Ministério da Educação, nº 147/2007, e está regulamentado na Unilab pela Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011. Sua função precípua é qualificar o envolvimento docente no processo de concepção, consolidação e avaliação do curso. Compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) fazer o acompanhamento da formulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), bem como de sua implementação e desenvolvimento. Cabe-lhe, ainda, o papel de instância de aconselhamento e orientação junto à Coordenação do Curso, com vistas à melhoria do processo formativo do corpo discente, bem como para um melhor desenvolvimento do trabalho docente, articulando ensino, pesquisa e extensão e, ainda:

- ✓ contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso;
- ✓ zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante, em caráter *pro tempore* é presidido pelo coordenador do curso, professor Márcio André de Oliveira dos Santos, doutor em Ciência Política, e conta

com os seguintes membros: Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina; Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade; Prof. Dr. Bas'Illele Malomalo; Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva; Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares; Prof. Dr. Ismael Tcham; Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert; Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos; Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

3.2.3. Atuação e formação do coordenador do Curso

Cabe ao coordenador de curso zelar para que o Projeto Pedagógico seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do Curso. Segundo o Estatuto da Unilab (seção IV- art. 50, dos parágrafos 1º ao 3º), as Coordenações de Cursos de Graduação são responsáveis pelas atividades de formação acadêmica e gestão administrativa, em sua esfera de responsabilidade. As coordenações de cursos e programas têm a responsabilidade de gerenciar os cursos e os programas com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as definições do Regimento Geral da Unilab e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou campus).

O Coordenador do Curso deverá apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. A coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

A coordenação de curso terá duração de dois anos e o regime de trabalho do coordenador(a) de curso será de vinte horas semanais, pelo menos.

3.2.4. Acessibilidade

O Setor de Acessibilidade da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (SEACE/Propae/Unilab) foi instituído pela Portaria GR No. 19, de 05 de janeiro de 2016, e faz parte da Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (Coase).

O setor visa garantir o acesso e inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, além de promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Sendo a acessibilidade entendida como condição para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e

dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

O Seace tem como propósito elaborar, executar e gerenciar ações, oferecer auxílio às unidades acadêmicas e administrativas para a concretização de fato da acessibilidade, ampliando e disseminando uma cultura de inclusão e desenho universal. Atualmente, as ações que podem ser apontadas contemplando diferentes aspectos nos diversos campi são:

- Identificação das barreiras de acessibilidade arquitetônica no campus dos Malês, Palmares, Liberdade e Auroras, de acordo com a ABNT NBR 9050/2015 (Normas Técnicas de Acessibilidade);
- Suporte dos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aos docentes e discentes para tradução em eventos, aulas, palestras, entre outros;
- Tradução do Guia do Estudante para a LIBRAS, realizado filmagens no estúdio da universidade;
- Realização de curso de LIBRAS para servidores, promovido pela Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) com os intérpretes em LIBRAS do Setor de Acessibilidade;
- Parceria com a Associação Edvaldo Prado para a realização de atividades esportivas pelos alunos com limitação motora da universidade;
- Treinamento de servidores da Biblioteca e Assessoria de Comunicação (Assecom) na Secretaria de acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, sobre o uso de tecnologias assistivas e adaptação de materiais pedagógicos para alunos com deficiência;
- Parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para implantação do software leitor de tela DOSVOX nos computadores dos laboratórios de informática, como ferramenta de acessibilidade a pessoal com deficiência visual.
- Minicursos e oficinas na Semana Universitária para sensibilização de discentes acerca da temática acessibilidade e inclusão.

Vale salientar que a Unilab possui banheiros acessíveis para pessoas com deficiência em todos os campi.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

- Formar profissionais capazes de analisar e executar ações e políticas que articulem as expressões internas e externas das questões contemporâneas presentes nas agendas estatal, interestatal e internacional, com ênfase estudo e ensino das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais no âmbito das relações de integração e cooperação internacional entre o Brasil, os países da CPLP e, especialmente, os países do continente africano.

4.2. Objetivos específicos

- Ensinar e possibilitar a apropriação das competências que habilitem os especialistas em Relações Internacionais para atuar em distintos campos de atividades no contexto da integração internacional e cooperação interestatal, regional e supranacional, bem como para exercer funções variadas em instituições, organismos, organizações nacionais, internacionais ou regionais de caráter estatal, governamental, não governamental, comunitário e privado.
- Formar profissionais de nível superior capacitados a enfrentar as questões de integração e cooperação internacional para o desenvolvimento pautado na reciprocidade a partir de uma sólida qualificação capaz de abranger de forma ampla, crítica e criativa o conhecimento dos problemas históricos criados e sustentados pelo colonialismo, neocolonialismo, o racismo, sexismo e outras formas de dominação.
- Estabelecer competências assentes nos saberes das epistemologias do sul global a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intercultural, promovendo a pesquisa vinculada ao ensino, com a participação dos estudantes desde a sua entrada na graduação, por meio de atividades de extensão, intercâmbio, participação em congressos, seminários e estágios, conformando uma prática pedagógica integrada e emancipatória.

5. FORMA DE INGRESSO NO CURSO

São ofertadas oitenta vagas anuais, sendo metade destinada a alunos brasileiros, que ingressam via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), conforme Resolução CONSUP 22, de 11 de novembro de 2011, enquanto a outra metade é destinada a alunos estrangeiros, selecionados por seus respectivos países de acordo com critérios estabelecidos com a Unilab, observando-se a equivalência curricular.

6. BASE LEGAL

A legislação que consolida os parâmetros para a estruturação do curso de Relações Internacionais está amparada nos principais instrumentos normativos que disciplinam os cursos de graduação no Brasil. Os eixos mais relevantes desse arcabouço jurídico podem ser acessados, de forma ampla, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Há ainda que se atentar para as regulamentações específicas que balizam a operacionalização dos bacharelados. Dentre elas, destacam-se a Resolução CNE/CES No. 2 (BRASIL, 2007) e a Lei n.º 11.788 (BRASIL, 2008), que disciplina os estágios, entendendo-os, segundo o §2.º do Art. 1.º, como via de “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Tendo em vista a recente implementação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil, tendo a primeira experiência ocorrido na Universidade de Brasília, em 1974, não há ainda Diretrizes Curriculares Nacionais formalizadas para a área. Há, entretanto, um esforço crescente por parte das autoridades governamentais e de acadêmicos para se formular tais parâmetros, dando maior densidade e qualidade aos cursos.

Fruto desse ímpeto, o Ministério da Educação lançou o documento intitulado *Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais* (MEC, 2009). Desenvolvido por profissionais altamente gabaritados, o texto postula requisitos importantes para as graduações na área, tais como: o perfil da coordenação e do corpo docente, a carga horária mínima, a estrutura do Projeto Pedagógico do Curso e as instalações mínimas da Universidade.

Dando ainda mais um passo rumo à formulação das balizas fundadoras dessa seara acadêmica, em 2012, durante Seminário Nacional de Graduação promovido pela Associação Brasileira de Relações Internacionais, foi elaborada uma *Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais* (ABRI, 2012). Tal documento foi submetido em 2013 às instâncias regulatórias do Governo Federal e aguarda apreciação.

Dentre os principais aspectos elencados na proposta estão a consideração dos seguintes elementos na composição dos PPCs:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua inserção institucional, política, geográfica e social; II - condições objetivas de oferta e a vocação, vertente, ênfase ou característica central do curso; III - cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso; IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática; VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; VIII - incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; X - concepção e composição das atividades complementares, com incentivo à extensão como relevante prolongamento da atividade de ensino; e, XI – regulamentação de trabalho de conclusão de curso (ABRI, 2012, Art. 1.º, §1.º).

Além disso, o documento indica as seguintes competências e habilidades mínimas a serem alcançadas pelos egressos do curso de Relações Internacionais:

I – Formação geral e humanística que possibilite a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social; II - Base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais; III - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; IV – Postura proativa na busca de conhecimentos; V - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; VI – Conhecimento ou habilidade de comunicação em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; VII - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e

formulação de cenários para atuação na esfera internacional; VIII - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações, e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; IX – Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional e de captação de recursos externos (ABRI, 2012, Art. 4.º).

Finalmente, defende que os projetos pedagógicos dos cursos possam contemplar as seguintes linhas mestras relativas aos conteúdos ofertados:

I - Conteúdos de Teoria das Relações Internacionais, Epistemologia e Metodologia; Conteúdos de Instituições Internacionais; Conteúdos Política Externa; Conteúdos de História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil; Conteúdos de Economia Política Internacional; Conteúdos de Segurança Internacional; Conteúdos de Formação Complementar: estudos ou atividades práticas opcionais, de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando (ABRI, 2012, Art. 5.º).

Considerando esse panorama já consolidado, o Projeto Pedagógico Curricular ora desenhado dialoga com as diretrizes propostas, considerando a vocação pedagógica da Unilab. Dentre as principais linhas mestras nessa orientação inovadora encontra-se a centralidade das atividades complementares, regradas na Resolução 20/2015 que tem como principal baliza a articulação entre teoria e prática para a formação cidadã.

Nesse lastro, observa-se ainda a concepção epistemológica que orienta o PPC do Bacharelado em Humanidades na instituição, além de considerar perfil específico da Universidade no que tange ao protagonismo das relações Brasil-África e ao aprofundamento das relações Sul-Sul.

7. PRINCÍPIOS CURRICULARES

7.1. Pressupostos metodológicos e epistemológicos

O curso de Relações Internacionais do Campus do Malês fundamenta-se nas Epistemologias do Sul global, na interdisciplinaridade e no diálogo visceral com os Estudos Africanos, os Estudos das relações étnico-raciais e Estudos de gênero e sexualidade, levando-se

em conta a missão na instituição em que está inserida. Para tanto, visa a formação de um profissional intercultural e múltiplo com capacidade crítico-analítica e propositiva. Ou seja, como sujeito de sua ação, a partir de uma compreensão de seu meio social, político, cultural e econômico, de forma democrática e cidadã.

Para isso, o perfil do curso questiona os métodos de ensino tradicionais, e valoriza perspectivas ativas de ensino-aprendizagem, que permitam ao aluno agregar conhecimento teórico e aplicá-lo na prática, como agente transformador do contexto local, nacional e internacional. Essa formação interdisciplinar busca transformar o egresso em agente pensante, planejador e executor de projetos de desenvolvimento sustentável, repleto de capacidade crítica e de negociação proativa.

7.2. Prática como Componente Curricular

Tendo em vista que a profissão de internacionalista exige a capacidade e habilidade em resolver problemas concretos, o presente Projeto Pedagógico Curricular parte dos pressupostos de que toda formação de qualidade deve reconciliar a teoria com a prática; e que toda prática deve ser parte do currículo não somente dos licenciados que se formam para trabalhar no ensino básico (Cf. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002), como também dos graduados destinados a atuar nos âmbitos não escolares.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Relações Internacionais da Unilab, Campus dos Malês, além de considerar importantes os estágios supervisionados, as atividades complementares e as disciplinas e atividades atreladas a formação profissional (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; atividades complementares; de extensão), tidas com espaços privilegiados de “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008), considera outras disciplinas, tidas como teóricas, como parte da Prática no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme o artigo 12 da Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, a Prática como Componente Curricular (PCC) não se restringe a um espaço isolado, que a caracteriza como estágio. Dito em outras palavras, ela deve ser experimentada em tempos e espaços

curriculares ao longo do curso, desde o início da formação do futuro profissional. Importa destacar ainda, parafraseando o Parecer CNE 009/2001, que “todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática”.

Com essa visão inovadora, pretende-se superar a concepção da prática na formação de graduados em Relações Internacionais presentes na *Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais* (ABRI, 2012). Esta parte de uma visão isolacionista que ora se denuncie aqui. O que importa é considerar a complementaridade entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem em todas as atividades previstas no currículo.

7.3. Processos de ensino-aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem deve constituir-se na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir ao bacharel as habilidades, competências e capacidades técnica e crítica para o exercício profissional na área de Relações Internacionais.

Em linhas gerais, o que rege essa proposta curricular é uma compreensão do processo de ensino-aprendizagem como exercício crítico e democrático sobre o saber-fazer do profissional habilitado na interface dos diversos saberes que compõem as Ciências Humanas, onde estudantes e professores construam uma relação de cooperação e respeito mútuo, objetivando a formação de graduados competentes e cidadãos.

Nesse espírito, o processo de ensino-aprendizagem será conduzido sob os auspícios do debate teórico-metodológico das Relações Internacionais, pela natureza da sua interdisciplinaridade, em diálogo com a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Direito, História, Economia e Ciência Política, de modo a orientar professores e bacharelandos para o necessário debate acerca dos princípios, conceitos e categorias que possibilitaram a construção dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Com isso, o que se quer é formar um profissional com ampla bagagem teórico-metodológica e prática na resolução dos problemas do seu ofício de internacionalista. Outrossim, é fundamental o emprego de novas

metodologias de ensino, capazes de incorporar as novas tecnologias midiáticas, tornando, o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, cativante e interativo.

7.3.1. Do(a) docente

Nesse processo compete ao professor conduzir o bacharelado no aprendizado ativo-reflexivo sobre as ferramentas teórico-conceituais e técnicas necessárias ao ofício do bacharel em Relações Internacionais, ensinando-lhe sobre como levantar problemas e analisar o cenário local e internacional como reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula, temas sociais, políticos, econômicos e culturais em problemáticas de pesquisa em Relações Internacionais e de prática profissional.

7.3.2. Do(a) estudante

No processo de ensino-aprendizagem aqui proposto o estudante assume um papel ativo e decisivo em sua formação, sendo estimulado, desde o início, a constituir-se como um intérprete crítico e autônomo da área de Relações Internacionais e do saber que sobre ela e a partir dela se produz.

8. EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DA(O) PROFISSIONAL

8.1. Perfil geral das(os) egressas(os)

O bacharel em Relações Internacionais deve ter uma formação diversificada, que permita sua atuação de forma articulada, crítica e construtiva diante de seus contextos diversos, partindo de uma sólida base de conhecimentos, que fortaleça sua habilidade de comunicação intercultural e a sua capacidade de interação, análise e compreensão dos meios social, econômico, político e cultural. O profissional deve ser capaz de coordenar estudos e projetos de forma organizada e articulada, analisar e propor estratégias e políticas em nível micro e macro, regional e internacional, tendo como base capacidade de decisão e liderança e um conjunto de habilidades e competências específicas. O profissional deve dominar a língua

inglesa, indispensável para atuar ao nível internacional. A atuação desse profissional é abrangente, tanto no serviço diplomático, setor público, setor privado, atrelado a uma perspectiva cidadã, construtiva e crítica, e de pensamento estratégico, de análise de cenários e proposição de ações de curto, médio e longo prazo.

O aluno adquirirá uma base ampla de conhecimentos nas áreas da Economia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Direito, História, Ciência Política com incidência no universo das Relações Internacionais, que possibilite o entendimento das questões internacionais no seu contexto histórico, socioeconômico, geopolítico, jurídico, cultural, social e institucional; uma visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; o domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita; proficiência em língua inglesa; a capacidade de análise, avaliação e proposição de cenários para atuação na esfera internacional; e a capacidade de tomada de decisões, gestão de processos e resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação a partir de um profundo entendimento das realidades brasileira, africana e internacional.

8.2. Competências e habilidades gerais das(os) egressas(os)

Para a formação acadêmica completa o egresso do curso de Relações Internacionais deverá estar apto a atuar em uma diversidade de cenários dentro das esferas pública e privada, mediante:

- 1) O exercício das atividades requeridas pelo mercado de trabalho, nacional e internacional, propondo, planejando e implementando políticas e estratégias organizacionais, no quadro de empresas públicas ou privadas que atuam no mercado internacional;
- 2) Atividades no âmbito bilateral e multilateral em agências de cooperação e fomento regionais e estrangeiras, organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais;
- 3) Domínio de uma gama de conhecimentos e ferramentas técnicas e teóricas para atuação em instituições do ensino superior;

- 4) Capacidade de análise crítica de processos e fenômenos internacionais nos planos político, econômico, estratégico, ambiental e social, ou da conjunção parcial ou total dos mesmos, e de seus impactos para interesses nacionais ou regionalmente definidos;
- 5) Prestação de serviços de assessoria técnica a entidades públicas e privadas e organizações internacionais, no âmbito de políticas públicas em suas interfaces com o plano internacional;
- 6) Prestação de serviços no âmbito de projetos de consultoria e cooperação internacionais, bilaterais e multilaterais;
- 7) Assessoramento na formulação de projetos e contratos para organismos internacionais e articulação e intermediação de negócios internacionais em geral;
- 8) Assistência administrativa às missões nacionais no estrangeiro e às missões estrangeiras no próprio país.

Para tanto, faz-se imprescindível o estabelecimento de mecanismos que agreguem às disciplinas teóricas o desenvolvimento de tais habilidades e competências. Além disso, é fundamental para a qualificação dos alunos e para a consolidação do curso, dentro do projeto pedagógico geral, a oferta de oportunidade de exercício prático dentro do escopo do campo profissional das Relações Internacionais e o desenvolvimento de atividades de produção de conhecimento científico e aplicado.

9. MERCADO DE TRABALHO

O profissional que o curso pretende formar será habilitado para atuar no serviço diplomático, em organizações nacionais, regionais e internacionais, instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, em trabalhos técnicos, de assessoria ou de pesquisa. Neste sentido, relacionam-se como possíveis áreas de atuação dos formandos em Relações Internacionais:

- 1) Carreira Diplomática: no país de origem, no caso de estrangeiros, e no Brasil, via ingresso por concurso público do Instituto Rio Branco para o quadro do Ministério das Relações Exteriores;

- 2) Ensino e Pesquisa, via atuação no setor de ensino público e privado como professor pesquisador na área das Relações Internacionais;
- 3) Autoridades locais, provinciais e estaduais, por meio de assessoria, consultoria, negociação, planejamento estratégico e capacitação para entes subnacionais como municípios, províncias ou estados federados, visando a sua inserção no cenário mundial, regional e local, por meio da cooperação com o respectivo governo nacional, demais Estados, organizações internacionais governamentais e não governamentais, atores e movimentos diversos da sociedade civil;
- 4) Organizações Regionais e Internacionais Governamentais, por meio de assessoria, consultoria, desenvolvimento de projetos, negociação, planejamento estratégico, capacitação e atuação como funcionário e/ou voluntário;
- 5) Setor Diplomático e Civil: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em parlamentos, Câmaras de Comércio, Consulados e Embaixadas e áreas afins;
- 6) Sociedade Civil: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em Organizações Internacionais Não Governamentais e Movimentos Sociais em geral;
- 7) Setor Político-Partidário: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para partidos políticos, cooperação e interação entre sociedade civil e setor público;
- 8) Setor Privado: assessoria, consultoria, planejamento estratégico, negociação, capacitação para atuação em empresas privadas das mais diversas áreas de atividades (indústria, comércio, instituições financeiras, setor de serviços);
- 9) Atividades Diversas do Setor Público e Privado: cooperação técnica internacional, elaboração de acordos e projetos internacionais, análise e prospecção de cenários, planejamento estratégico e análise de conjunturas, prestação de serviços de consultoria, atuação em setores diversos como mídia em suas múltiplas aplicações contemporâneas (virtual, escrita, audiovisual, dentre outras).

10. APOIO AO DISCENTE

10.1. Programas de desenvolvimento acadêmico

Pibic. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) visa apoiar a Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de IC é concedida diretamente aos alunos pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

Os objetivos específicos do Programa são:

- despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Pibid. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é um programa que visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica durante a Licenciatura. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Os objetivos do Programa são:

- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;
- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Pulsar. O programa Pulsar constitui-se em instrumento institucional permanente de acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação da Unilab, na forma de ações de tutoria.

Os objetivos do programa são:

- promover a adaptação do estudante à Unilab;
- contribuir para permanência qualificada do estudante nos cursos de graduação;
- orientar o estudante para a transição tranquila e organizada da educação básica para o ensino superior;
- promover ações que auxiliem fortalecimento do desempenho acadêmico dos estudantes com vistas à construção de uma experiência acadêmica de excelência;
- incentivar a independência e autonomia.

Pbdin. O Programa de Bolsa de Desenvolvimento Institucional (Pbdin) objetiva desenvolver ações e projetos que conferem suporte a atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da Unilab, ao mesmo tempo que amplia o espectro da formação do estudante por meio do seu engajamento em atividades promotoras de competências ligadas à gestão do serviço público.

Probti. O Programa de Bolsa de Tecnologia da Informação (PROBTI) tem o objetivo de desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver

atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender às necessidades da instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.

PBM. O Programa de Bolsa de Monitoria (PBM) está vinculado à Prograd, em articulação com os cursos de graduação e objetiva contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo maior interação entre discentes monitores, discentes matriculados nas disciplinas e docentes ministrantes das disciplinas objeto do Programa, no que tange o conteúdo programático.

A monitoria é uma experiência pedagógica oferecida ao estudante regularmente matriculado no curso de graduação, compreendendo atribuições auxiliares relativas as atividades acadêmicas associadas a um Componente Curricular, sob a supervisão de um professor orientador. O PBM busca integrar a monitoria ao processo formativo despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica e docente. Esse Programa agrega-se às ações institucionais da UNILAB que buscam fortalecer a permanência com sucesso, na universidade, dos estudantes regularmente matriculados.

Pibelpe. O Programa de Bolsa de Extensão de Línguas Estrangeiras e Portuguesa (Pibelpe), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, tem como objetivo subsidiar projetos de extensão que desenvolvam ações voltadas para o aprendizado de línguas estrangeiras e portuguesas em parceria com a comunidade (articulação Universidade-Sociedade). O discente do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pode encontrar no Pibelpe um espaço a mais para desenvolver ou aperfeiçoar as aptidões lingüísticas requeridas em sua formação e o enriquecer seu universo intercultural e acadêmico.

Pibeac. O Programa de Bolsa de Extensão, Arte e Cultura (Pibeac) está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura e tem como objetivo fomentar projetos de extensão que envolvam atividades de caráter educativo, científico, tecnológico, cultural, esportivo e artístico, promovendo diálogo, troca de saberes e intervenções entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa (articulação sociedade-Universidade), integrando ensino e pesquisa (articulação ensino-pesquisa-extensão), bem como contribuindo para a formação cidadã.

10.2. Programas de Apoio Psicossocial

Satepsi. O Serviço de Atendimento Psicológico (Satepsi), destinado a receber os estudantes que desejem ser atendidos por profissionais da Psicologia, está alinhado com as atuais diretrizes da Política Nacional da Assistência Estudantil, e é disponibilizado pelo Núcleo de Atenção às Subjetividades (Nias).

Paes. O Programa de Assistência Estudantil (Paes), administrado e executado pela Coordenação de Políticas Estudantis (Coest/Propae) é financiado com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e tem o objetivo de garantir acesso a direitos de assistência estudantil a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da Unilab, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário. As modalidades de auxílio são: Auxílio Moradia, Auxílio Instalação (concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia); Auxílio Transporte; Auxílio Alimentação; Auxílio Social; Auxílio Emergencial (auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, enquanto perdurar a situação geradora do caráter emergencial. Vale a pena mencionar que a concessão de auxílios financeiros depende de disponibilidade orçamentária da universidade).

PBP. O Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

PAIE. O Programa de Acolhimento e Integração ao Estudante (PAIE) é um programa de tutoria iniciado em 2014 que tem como objetivo acompanhar e orientar os estudantes estrangeiros em sua chegada à Unilab, inserção e regularização na vida acadêmica, visando contribuir para sua integração acadêmica e cultural.

11. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização do currículo segue os princípios pedagógicos definidos pelo Ministério da Educação relativas aos Padrões de Qualidade para os cursos de Relações Internacionais (MINISTÉRIO, 2009), nas portarias relativas ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2009; 2012) e na Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Relações Internacionais (ABRI, 2012). Inspirando-se nestes documentos orientadores e nas Diretrizes da Unilab (2010), o curso de Relações Internacionais do Campus dos Malês estrutura suas disciplinas em dois núcleos de Disciplinas Obrigatórias que asseguram a formação geral e humanística dos graduandos, como se detalha na Tabela 6.

As disciplinas que compõem os Núcleos Obrigatórios Comuns da Unilab e do curso de BHU objetivam iniciar os graduandos no mundo da investigação científica, das humanidades e das histórias e culturas dos povos que pertencem à CPLP. Dentro desse contexto as relações históricas entre o Brasil e a África são estudadas de forma particular.

Tabela 6. Carga horária de disciplinas obrigatórias dos núcleos comuns.

Grupo de disciplinas	Carga horária
Núcleo Obrigatório Comum da Unilab	240 h/a
Núcleo Obrigatório Comum do curso de BHU	240 h/a
Total	480 h/a

O Núcleo Obrigatório Específico da Área de Relações Internacionais, que visa à formação profissional, se organiza em: disciplinas obrigatórias específicas de Relações Internacionais; disciplinas obrigatórias de suporte; atividades de formação profissional e complementares; disciplinas optativas ofertadas pelo curso; disciplinas eletivas que podem ser realizadas em outros cursos da Unilab e disciplinas optativas de língua inglesa, como se detalha na Tabela 7.

Tabela 7. Carga horária do Núcleo Obrigatório Comum de Relações Internacionais

Grupo de disciplinas ou atividades	Carga horária
Disciplinas obrigatórias de Relações Internacionais	1.080 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso	180 h/a
Atividades Complementares	185 h/a
Atividades de Extensão	315 h/a
Disciplinas Optativas	420 h/a
Estágio Supervisionado	120 h/a
Disciplinas Eletivas	300 h/a
Total	2.600 h/a

O Curso de Relações Internacionais proposto é parte do projeto pedagógico da Unilab e, como já exposto anteriormente, tem como especificidade ser uma terminalidade do curso de BHU. Deste ponto de vista é que a sua estrutura curricular se organiza em três dimensões distintas e complementares. A primeira está assente no Núcleo Obrigatório Comum da Unilab, visando proporcionar aos alunos conhecimentos sobre o funcionamento da vida universitária, num contexto de interiorização e integração internacional; busca criar condições da sua permanência e sucesso acadêmico desde os anos iniciais proporcionando disciplinas que asseguram a produção de textos científicos escritos em português e uma comunicação emancipatória que valoriza as diferenças. Para os alunos que cursam o BHU, essa primeira dimensão é complementada por uma formação interdisciplinar em Humanidades num período no mínimo de dois anos. A terceira dimensão diz respeito aos componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos no campo de Relações Internacionais que visam formar um profissional com habilidades e competências almejadas.

A primeira dimensão que compõe o Núcleo Obrigatório Comum da Unilab (cumprido ao longo do BHU) conta com 240 horas/aulas (duzentas e quarenta horas aulas); a segunda dimensão, o Núcleo Obrigatório Comum das Humanidades (cumprido ao longo do BHU), comporta 240 hora/aula (duzentas e quarenta horas aulas); e a terceira dimensão é o Núcleo da Área de Relações Internacionais que se articula em torno das Disciplinas Obrigatórias de

1.080 horas aulas; de 7 Disciplinas Optativas, de 420 hora/aula; de 5 Disciplinas Eletivas, de 300 horas aula, Estágio Supervisionado de 120 horas; Atividades Complementares (atividades culturais, acadêmicas e laboratoriais) de 185 horas; Atividades de Extensão de 315 horas e 180 horas de TCC, conforme a Tabela 8.

Tabela 8. Resumo da Matriz Curricular.

Grupo de disciplinas ou atividades	Carga horária
Núcleo Obrigatório Comum da Unilab	240 h/a
Núcleo Obrigatório Comum do curso de BHU	240 h/a
Subtotal.....	480 h/a
Disciplinas obrigatórias de Relações Internacionais	1.080 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso	180 h/a
Atividades Complementares	185 h/a
Atividades de Extensão	315 h/a
Disciplinas Optativas	420 h/a
Estágio Supervisionado	120 h/a
Disciplinas Eletivas	300 h/a
Subtotal.....	2.600 h/a
Total.....	3.080 h/a

A integralização curricular estará completa quando o graduando completar 3.080 horas aulas de disciplinas, sendo 480 horas cursadas no Curso de Bacharelado em Humanidades e 2.600 horas cursadas durante a sua formação em Relações Internacionais, distribuídas em matriz curricular semestral, da seguinte maneira como se detalha nas subseções a seguir.

11.1. Núcleo Obrigatório Comum aos cursos da Unilab

Inclui as cinco disciplinas obrigatórias listadas a seguir, cada uma com sessenta horas-aula, exceto Inserção à Vida Universitária, com quinze horas-aula e Iniciação ao Pensamento Científico: problematizações epistemológicas, com quarenta e cinco horas-aula, perfazendo o total de 240 horas-aula:

NÚCLEO OBRIGATÓRIO COMUM DA UNILAB	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	C/H
Inserção à Vida Universitária	Não	4	15
Iniciação ao Pensamento Científico, Problemáticas Epistemológicas	Não	4	45
Leitura e Produção de Texto I	Não	4	60
Leitura e Produção de Texto II	Não	4	60
Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	Não	4	60
TOTAL	-----	16	240

11.2. Núcleo Obrigatório Comum ao curso de BHU

Inclui as disciplinas obrigatórias abaixo, cada uma com sessenta horas-aula, perfazendo o total de 240 horas-aula:

NÚCLEO OBRIGATÓRIO COMUM DAS HUMANIDADES	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	C/H
Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber	Não	4	60
Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	Não	4	60
Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	Não	4	60
Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	Não	4	60
Total de carga horária do semestre	-----	16	240 h/a

11.3. Núcleo Obrigatório da Área de Relações Internacionais

Inclui as dezessete disciplinas obrigatórias elencadas abaixo, ofertadas pelo curso de Relações Internacionais, com especificidade em propiciar reflexões de cunho teórico, político e profissional para o futuro bacharel em Relações Internacionais. Cada uma tem sessenta horas-aula, totalizando 1.080 horas-aula:

- ❖ Teoria das Relações Internacionais I;
- ❖ Teoria das Relações Internacionais II;
- ❖ História das Relações Internacionais I;
- ❖ História das Relações Internacionais II;
- ❖ Laboratório de Análise de Relações Internacionais I;
- ❖ Laboratório de Análise de Relações Internacionais I;
- ❖ Organizações Internacionais;
- ❖ Política Externa do Brasil na América Latina;
- ❖ Política Externa Africana Contemporânea;
- ❖ Política de Gênero, Raça e Relações Internacionais;
- ❖ Análise das Relações Internacionais Contemporâneas;
- ❖ Análise das Relações Sul-Sul;
- ❖ Política, Diplomacia e Relações internacionais;
- ❖ Segurança Internacional e Estudos Estratégicos;
- ❖ Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África;
- ❖ Geografia Política e Geopolíticas do Sul global;
- ❖ Economia Política Internacional;
- ❖ Direito Internacional I;
- ❖ Direito Internacional II.

11.4. Disciplinas e atividades de formação profissional

11.4.1. O Trabalho de Conclusão de Curso

Aqui se incluem três disciplinas obrigatórias ofertadas pelo curso de Relações Internacionais voltadas para a elaboração do TCC, com sessenta horas-aula cada uma, totalizando 180 horas-aula:

- ❖ TCC I;
- ❖ TCC II;
- ❖ TCC III.

O TCC consiste em pesquisa individual orientada, na área de conhecimento e da formação do profissional de Relações Internacionais, podendo ser resultado de um desdobramento do trabalho de iniciação científica. Seu objetivo geral é propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à revisão e à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das Relações Internacionais. O desenvolvimento do trabalho de conclusão do Curso de Relações Internacionais da Unilab deverá ocorrer nas disciplinas de pesquisas interdisciplinares em humanidades do curso de BHU e do curso de Relações Internacionais, TCC I, TCC II e TCC III. O Projeto de TCC deverá ser entregue como trabalho de conclusão da disciplina presencial de TCC I. A versão final do TCC deverá ser entregue na disciplina TCC III. O discente somente poderá realizar a defesa de seu trabalho, perante a banca, após a aprovação nas três disciplinas destinadas à elaboração do TCC. Os professores orientadores de trabalhos de conclusão de curso devem ser membros do quadro docente da Unilab, preferencialmente do Curso de Relações Internacionais, ou colaboradores da instituição. O TCC é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pelo coordenador do curso de Relações Internacionais. As sessões de defesa de TCC são públicas. Além das regras mencionadas, os trabalhos de conclusão de curso devem obedecer às normas da universidade e normas complementares do referido curso. Devem obedecer às resoluções específicas referentes à elaboração do TCC, em especial a Resolução 14/2016/CONSUNI, de 22 de julho de 2016, que aceita como modalidades de TCC: monografia, artigo científico ou produções imagéticas (vídeo, fotografia, etc., que deverão vir acompanhadas de produção textual que as fundamentem teórico-metodologicamente).

11.4.2 Atividades de formação profissional

Nesta área do currículo também estão previstas atividades de formação profissional, que compõem a estrutura curricular com atribuição de créditos, no total de 620 horas:

- ❖ Estágio supervisionado (2 créditos; 120 horas);
- ❖ Atividades complementares (185 horas)
- ❖ Atividades de extensão (315 horas).

As atividades complementares, de acordo com a Resolução No 20/2015 (que altera parcialmente a Resolução No. 24/2011), são práticas acadêmicas que têm por objetivo diversificar o processo de ensino-aprendizagem, propiciando vivências significativas por meio da participação do estudante em espaços de formação social, humana e cultural; articulando teoria e prática, contribuindo, assim, para a sua formação profissional e cidadã, bem como a ampla compreensão dos processos histórico-culturais e sociais.

São consideradas Atividades Complementares para efeito de integralização curricular as ações de ensino, pesquisa e extensão, conforme as especificações nos grupos descritos a seguir:

Bloco I: Atividades Complementares de formação social, humana e cultural, contemplando:

- a) atividades esportivas;
- b) participação em atividades artísticas e culturais;
- c) cursos de línguas estrangeiras;
- d) participação na organização e gestão de mostras e seminários de cunho artístico ou cultural;
- e) participação com o expositor em exposição artística ou cultural;
- f) participação voluntária em Projetos e/ou programas vinculados ao Programa Integrado de Bolsas da Unilab (PIB) afins com as atividades pertencentes a esse grupo.

Bloco II: Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, contemplando:

- a) participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- b) participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos, seminários técnico-científicos e/ou correlatos;
- c) participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- d) participação na produção de publicações em jornais, revistas técnico-científicas, anais de eventos técnico-científicos;
- e) estágio não obrigatório na área dos cursos;
- f) participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica, Economia Solidária e/ou correlata;

- g) participação voluntária em projetos e/ou programas registrados institucionalmente ou vinculados ao programa Integrado de Bolsas da Unilab (PIB) afins com atividades pertencentes a esse grupo.

Bloco III: Participação em atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo, contemplando:

- a) atuação em Diretórios e/ou Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, em Colegiados internos à Instituição;
- b) engajamento em trabalhos voluntários e atividades comunitárias, associações de bairros, assentamentos rurais;
- c) participação em atividades socioeducativas; envolvimento, como iniciação à docência não remunerada, em cursos preparatórios e reforço escolar;
- d) participação voluntária em projetos e/ou programas vinculados ao Programa Integrado de Bolsas da Unilab (PIB) afins com as atividades pertencentes a esse grupo;
- e) participação na organização e gestão de mostras e seminários de cunho comunitário e de interesse coletivo.

Competirá à Coordenação de Curso de graduação planejar e implementar, quando couber; acompanhar; avaliar e integralizar o aproveitamento das atividades complementares aprovadas pelo colegiado do Curso, conforme o calendário acadêmico letivo.

A Coordenação de Curso poderá, com aquiescência da instância colegiada, nomear docente responsável pela operacionalização da integralização das Atividades Complementares. Tais atividades serão codificadas, para efeito de registro acadêmico, e descritas no histórico escolar do discente.

No caso de discentes ingressos por meio de transferência de outra IES e/ou demanda de Curso, a Coordenação de Curso realizará a avaliação das Atividades Complementares, por ventura já convalidadas pela instituição de origem, podendo as mesmas serem total ou parcialmente consideradas, em conformidade com as normalizações internas dos Cursos e com as Resoluções 24/2011 e 20/2015.

A integralização das Atividades Complementares apresentadas pelos discentes devem observar os seguintes aspectos e critérios para validação da participação dos estudantes nas Atividades Complementares:

- I– comprovação física (certificados, declarações etc.);

II– serem reconhecidos institucionalmente como compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como com o período cursado pelo discente ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;

III– a carga horária de Atividades Complementares não poderá ser substituída por outros componentes curriculares.

A carga horária mínima obrigatória destinada às Atividades Complementares para fins de integralização curricular nos Cursos será o mínimo de duzentas horas.

As atividades complementares poderão ser realizadas na própria UNILAB, em instituições públicas de ensino superior parceiras, em organizações públicas e/ou privadas conveniadas, conforme planejamento e/ou acompanhamento da Coordenação de Curso.

Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pela instância colegiada de Curso.

As atividades de extensão são parte integral da formação, contabilizando um total de **315 horas obrigatórias** a serem devidamente comprovadas com certificados ou declarações que especifiquem as atividades e as quantidades de horas-aula. Caberá à Coordenação do curso supervisionar e homologar as atividades, sendo essas divididas em: participação em atividades de extensão previstas na graduação; facilitação ou monitoria de curso de extensão; participação em exposições, espetáculo, projeção de filmes ou vídeos que visem a difusão cultural e o aperfeiçoamento da cidadania, dentre outras.

Levando-se em conta a peculiaridade de curso de Relações Internacionais, a coordenação do curso zelará pela instalação de um Laboratório de Análise das Relações Internacionais que funcionará como disciplina e, ao mesmo tempo, incentivará a criação de empresas-juniores para realização de atividades de pesquisa, estágio, atividades complementares e de atividades extensão. As atividades aceitas são elencadas na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9. Atividades complementares e de extensão por equivalência de carga horária integralizada e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco.

Atividade Complementares (185 h/a)	Equivalência	CH Mínima	CH Máxima
Atividades de formação social, humana e cultural		20	120
Participação em eventos artísticos e culturais — visitação a exposições museológicas, participação em festivais e mostras culturais e em grupos artísticos, participação em cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.)	direta	-	120
Apresentação ou organização de eventos artísticos e culturais — curadoria de exposições, organização de festivais e mostras culturais, organização e facilitação de cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.), atuação ou direção de espetáculos teatrais ou musicais, exposição de trabalhos artísticos (visuais ou audiovisuais) coletiva ou individualmente	20 h / temporada	-	120
Participação em eventos desportivos, da Unilab e outros de natureza pública como atleta ou técnico	direta	-	120
Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional		20	120
Participação em programa oficial de monitoria (como bolsista ou voluntário)	60 h / semestre	-	120
Participação em atividades de iniciação à pesquisa em programas como PIBIC, PET ou PIBIT (como bolsista ou voluntário), ou em grupos de pesquisa sediados na	60 h / semestre	-	120

Unilab			
Participação em congressos, encontros e colóquios acadêmicos; grupos de pesquisa; Laboratório de Análise das Relações Internacionais	Direta	-	120
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios	20 h / trabalho	-	120
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40 h / trabalho	-	120
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial	80 h / trabalho	-	120
Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	Direta	-	120
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4 h / hora	-	120
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação	2 h / evento	-	120
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60 h / semestre	-	120
Participação em atividades associativas e de cunho comunitário		20	120
Participação em Órgãos Colegiados da Unilab	30 h / semestre	-	120

Participação em comissões de trabalho da Unilab	20 h / comissão	-	120
Participação em entidade estudantil; empresa júnior de RI	40 h / semestre	-	120
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil	40 h / semestre	-	120
Atividades de extensão (315 h/a)		200	315
Participação em projeto ou programa de extensão (projetos de pesquisa aplicada, consultorias, assessorias técnicas e profissionais, cursos)	80 h / semestre	-	315
Participação em curso de extensão não previstos nas atividades de graduação (cursos, encontros, conferências/ palestras destinados à comunidade externa e/ou interna)	Direta	-	315
Participação em atividades de extensão (demandas da comunidade em geral)	Direta	-	315
Facilitação ou monitoria de curso ou atividade de extensão	4 h / hora	-	315
Difusão cultural que visem ampliar o acesso à cultura e o aperfeiçoamento da cidadania (espetáculos, exposições, projeções de vídeo e filmes, utilização de comunicação de massa, publicações, palestras, encontros, oficinas de trabalho, concursos, festivais, etc.)	Direta	-	315

11.5. Núcleo de Disciplinas Optativas e Eletivas

11.5.1. Disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Relações Internacionais

As disciplinas optativas estão padronizadas em quatro créditos cada. O estudante deve cursar sete disciplinas de sessenta horas para totalizar quatrocentas e vinte horas-aula, entre as quais se recomenda que faça pelo menos uma de língua inglesa e uma de libras. Essa parte do curso está organizada a partir dos eixos de disciplinas e disciplinas a seguir:

❖ **Eixo: Teorias e agendas de pesquisa em Relações Internacionais**

- Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África
- Dinâmica e desafios dos processos migratórios
- Economia Política da Segurança Alimentar Global
- Estudos estratégicos e de defesa nas Relações Internacionais
- Gênero, Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano
- Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais
- Pesquisa em Relações Internacionais I
- Panafricanismo e Política Internacional
- Processos de Integração Regional
- Sociedade Civil Organizada Global
- Teorias das Relações Internacionais I
- Teorias das Relações Internacionais II
- Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais I
- Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais II

❖ **Eixo: Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento**

- Tópicos Especiais em Cooperação na América Latina
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Administração pública
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Saúde
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Agronomia e produção de alimentos
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Cultura, Educação e Desenvolvimento
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Energia, Tecnologia e desenvolvimento sustentável
- Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Economia e Comércio internacional

❖ **Eixo: Política Externa, Relações Bilaterais e Multilaterais**

- Análise da Política Externa Brasileira
- Análise das Parcerias Estratégicas Internacionais do Brasil
- Tópicos Avançados da Política Externa Brasileira na África
- Tópicos Avançados da Política Externa Brasileira na América Latina
- Sistema ONU e os desafios do multilateralismo
- Tópicos avançados sobre Trajetórias internacionais do continente africano
- Política Internacional dos EUA e da União Europeia

❖ **Eixo: Direito Internacional**

- Tópico Especial Tribunal Penal Internacional
- Direito Internacional Ambiental
- Direito, Guerra e Política nas Relações Internacionais
- Direito Internacional na Era Digital

❖ **Eixo: Ciências Humanas e Relações Internacionais**

- Avaliação de políticas públicas
- Cosmopolitismos Críticos
- Filosofia das Relações Internacionais
- Planejamento de políticas públicas
- Sociologia das Relações Internacionais
- Teoria política contemporânea
- Tópicos Avançados em Políticas Raciais Comparadas

❖ **Eixo: Línguas estrangeiras**

- Língua Inglesa para Fins específicos I
- Língua Inglesa para Fins específicos II
- Língua Inglesa para Fins específicos III

11.5.2. Disciplinas Eletivas ofertadas por outros cursos da Unilab

Ao longo da sua formação e, conforme a política da flexibilização do currículo da Unilab, o formando cursará cinco disciplinas de sua livre escolha, cada uma de sessenta horas, totalizando 300 horas. O cumprimento dessa carga horária tem como objetivo propiciar aos estudantes uma formação aberta e interdisciplinar por meio do contato com conteúdos basilares de campos dos conhecimentos correlatos ao campo dos estudos das Relações Internacionais.

12. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Tabela 10. Detalhamento: núcleo obrigatório comum da Unilab.

DISCIPLINA	CH	Teoria/ Prática	CÓDIGO	PRÉ- REQUISITO
Inserção à Vida Universitária	15	4.0	-	Não
Iniciação ao Pensamento Científico	45	4.0	-	Não
Leitura e Produção de Texto I	60	4.0	-	Não
Leitura e Produção de Texto II	60	4.0	-	Não
Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos	60	4.0	-	Não
Total de carga Horária do Semestre	240			

Tabela 11. Detalhamento: Núcleo obrigatório comum ao curso de BHU

DISCIPLINA	CH	Teoria/ Prática	CÓDIGO	PRÉ- REQUISITO
Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	60	4.0	-	Não
Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	60	4.0	-	Não
Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber	60	4.0	-	Não
Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	60	4.0	-	Não
Total de carga Horária do Semestre	240	16		

Tabela 12. Detalhamento: Componentes da formação básica em Relações Internacionais

1º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
COM1	Inserção à Vida Universitária	15	-	Não
COM1	Iniciação ao Pensamento Científico	45	-	Não
COM1	Leitura e Produção de Texto I	60	-	Não
COM1	Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	-	Não
DRI	Teoria das Relações Internacionais I (TRI I)	60	-	Não
DRI	Direito Internacional I (DI 1)	60	-	Não
DRI	História das Relações Internacionais I (HRI 1)	60	-	Não
DRI	Economia Política Internacional	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	40	-	Não
	Carga Horária do Semestre	520		
2º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
COM1	Leitura e Produção de Texto II	60	-	Leitura e Produção de Texto I
COMU 2	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I	60	-	Não
COM2	Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber	60	-	Não
DRI	Teoria das Relações Internacionais II	60	-	TRI I
DRI	Direito Internacional II	60	-	DI I
DRI	História das Relações Internacionais II	60	-	HRI I
ORI	Optativa I	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	510		
3º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
COMU 2	Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social	60		Não
DRI	Política Externa do Brasil na América Latina	60	-	Não
DRI	Organizações Internacionais	60	-	Não
DRI	Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global	60	-	Não
DRI	Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais	60	-	Não
ORI	Optativa II	60	-	Não
ELE	Eletiva I	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	25	-	Não
	Carga Horária do Semestre	505		
4º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Análise das Relações Internacionais	60	-	Não

	Contemporâneas			
DRI	Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África	60	-	Não
DRI	Segurança Internacional e Estudos Estratégicos	60	-	Não
DRI	Política Externa Africana Contemporânea	60	-	Não
COM2	Processos Coloniais e a Construção da Modernidade	60	-	Não
ORI	Optativa III	60	-	Não
ELE	Eletiva II	60	-	Não
DRI	TCC I	60	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	50	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	560		
5º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Análise das Relações Internacionais Sul-Sul	60	-	Não
DRI	Optativa IV	60	-	Não
ORI	Optativa V	60	-	Não
ELE	Eletiva III	60	-	Não
ELE	Eletiva IV	60	-	Não
DRI	Estágio Supervisionado I (ES I)	60	-	Não
DRI	TCC II	60	-	TCC I
DRI	Laboratório de Análise Internacional I	30	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	60	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	Não
	Carga Horária do Semestre	540		
6º SEMESTRE				
	DISCIPLINA	CH	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO
DRI	Política, Diplomacia e Relações Internacionais	60	-	Não
ORI	Optativa VI	60	-	Não
ELE	Eletiva V	60	-	Não
ORI	Optativa VII	60	-	Não
DRI	Estágio Supervisionado II (ES II)	60	-	ES I
DRI	TCC III	60	-	TCC II
DRI	Laboratório de Análise Internacional II	30	-	Não
EXT	Atividades de Extensão	25	-	Não
COMP	Atividades Complementares	30	-	
	Carga Horária do Semestre	445	-	

Tabela 13: Fluxograma do Curso de Relações Internacionais

BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS					
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Inserção à Vida Universitária 15 h/a	Leitura e Produção de Texto II 60 h/a	Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social 60 h/a	Análise das Relações Internacionais Contemporâneas 60 h/a	Análise das Relações Internacionais Sul-Sul 60 h/a	Política, Diplomacia e Relações Internacionais 60 h/a
Iniciação ao Pensamento Científico 45 h/a	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I 60 h/a	Política Externa do Brasil na América Latina 60 h/a	Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África 60 h/a	Laboratório de Análise das Relações Internacionais I 30 h/a	Laboratório de Análise das Relações Internacionais II 30 h/a
Leitura e Produção de Texto I 60 h/a	Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber 60 h/a	Organizações Internacionais 60 h/a	Segurança Internacional e Estudos Estratégicos 60 h/a	TCC II 60 h/a	TCC III 60 h/a
Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos 60 h/a	Teoria das Relações Internacionais II 60 h/a	Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global 60 h/a	Política Externa Africana Contemporânea 60 h/a	OPTATIVA IV 60 h/a	ELETIVA V 60 h/a
Teoria das Relações Internacionais I (TRI I) 60 h/a	Direito Internacional II 60 h/a	Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais 60 h/a	Processos Coloniais e a Construção da Modernidade 60 h/a	OPTATIVA V 60 h/a	OPTATIVA VI 60 h/a
Direito Internacional I (DI I) 60 h/a	História das Relações Internacionais II 60 h/a	OPTATIVA II 60 h/a	TCC I 60 h/a	ELETIVA III 60 h/a	OPTATIVA VII 60 h/a
História das Relações Internacionais I 60 h/a	OPTATIVA I 60 h/a	ELETIVA I 60 h/a	OPTATIVA III 60 h/a	ELETIVA IV 60 h/a	Estágio Supervisionado II (ES II) 60 h/a
Economia Política Internacional 60 h/a	Atividades de Extensão 60 hs	Atividades de Extensão 60 hs	ELETIVA II 60 h/a	Estágio Supervisionado I (ES I) 60 h/a	Atividades de Extensão 25 hs
Atividades de Extensão 60 hs	Atividades Complementares 30 hs	Atividades Complementares 25 hs	Atividades de Extensão 50 hs	Atividades de Extensão 60 hs	Atividades Complementares 30 hs
Atividades Complementares 40 hs			Atividades Complementares 30 hs	Atividades Complementares 30 hs	

13. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Listam-se abaixo as disciplinas específicas ao curso de Relações Internacionais, sejam elas obrigatórias ou optativas.

13.1 Disciplinas Obrigatórias

13.1.1 Disciplinas do núcleo comum da UNILAB

Leitura e Produção de Texto I

Ementa: Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, I. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
DISCINI, N. **Comunicação nos textos:** leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto:** leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. **Práticas de linguagem:** gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: contexto, 2006.
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual.** Petrópolis: Vozes, 2010.
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual.** 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo.** São Paulo: Parábola, 2004.
_____. **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004
_____. **Trabalhos de pesquisa:** diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010

Leitura e Produção de Textos II

Ementa: Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (*abstract*), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.)

Bibliografia Básica:

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7ª ed. B.H: Ed. UFMG, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2006.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. SP: Cortez, 2001.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

Inserção à Vida Universitária

Ementa: A Unilab: criação, diretrizes, estrutura e funcionamento. O regime letivo e o regimento sobre avaliação e controle de frequência. Direitos e deveres do estudante de graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico curricular do curso e seu fluxograma.

Bibliografia Básica:

UNILAB. Resolução 27/2014: normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

UNILAB. Guia do Estudante de Graduação da UNILAB. Disponível em

<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf>

UNILAB. Diretrizes Gerais, junho de 2010

AQUI CADA CURSO DEVE INCLUIR O SEU PRÓPRIO PPC

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Criação da UNILAB, nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

UNILAB. Estatuto (DOCUMENTO EM FASE DE ELABORAÇÃO)

UNILAB. Regimento Geral (DOCUMENTO EM FASE DE ELABORAÇÃO)

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. Bauru: Unesp, 2001.

GUIMARÃES, Sérgio; FREIRE, Paulo. **A África ensinando a gente**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Iniciação ao Pensamento Científico: Problematizações Epistemológicas

Ementa: A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas *episteme* da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

- SAID, Edward. "A geografia imaginativa e suas representações: Orientalizando o oriental." In: In: _____. **Orientalismo**. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.85-113.
- CHALMERS, Alan Francis. **Que coisa é essa chamada ciência, afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FRENCH, Steven. **Ciência: conceitos-chave em filosofia**. São Paulo: Artmed, 2009.
- LAKATOS, Imre. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- ROSENBERG, Alex. **Introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Bibliografia Complementar:

- SANTOS, Boaventura. "Entre Próspero e Caliban". In: _____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTQ+. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia básica:

- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- EDEM KODJO E DAVID CHANAIWA. Pan-africanismo e libertação(Cap.25). In: **História geral da África, VIII: África desde 1935** / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: **História geral da África, VIII: África desde 1935** / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. Cap. 16.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia complementar:

- CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. **A Arma da Teoria. Unidade e Luta I**. Lisboa: Seara Nova, 1978. 2ª ed.
- DAMATTA, Roberto. "Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira". In: _____. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp.58-85.
- MARCONDES, Mariana (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”**. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

13.1.2 Disciplinas do núcleo comum do BHU

Educação, Sociedade e Cultura na perspectiva da descolonização do saber

Ementa: Estudo crítico dos fundamentos da educação como prática social. Educação como meio de preservação e controle social. Dimensão política, cultural e socioespacial da educação. Colonialismo, colonialidade e educação como modo de aculturação. Educação e movimentos sociais: perspectivas de descolonização do saber. Discursos, perspectivas e práticas descolonizadoras. Pluriversalidade, diferença e educação antirracismo: desafios curriculares na perspectiva africana e afro-brasileira.

Bibliografia Básica

APPLE, Michael W. **Políticas culturais e educação**. Porto: Porto Editora, 1999.
CANDAUI, Vera Maria. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s):** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**, São Paulo: Editora Hedra, 2010.
GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O jogo das diferenças - **O Multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
MAZRUI, Ali A. O Horizonte 2000 - A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento. In: **História Geral da África VIII**. África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji Brasília: UNESCO, 2010.

Bibliografia Complementar

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001.
DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.
MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Sociologia: Desafios e Perspectivas de Intervenção Social

Ementa: Breve história da constituição da sociologia ocidental/clássica e a sua relação com o campo das humanidades. Perspectivas teóricas e metodológicas da sociologia clássica e contemporânea. Sociologia, conscientização e cidadania. Aplicação da sociologia na resolução dos problemas nas áreas sociais, culturais, artísticas, educacionais, econômicas, políticas. Sociologia das desigualdades raciais e sociais. Juventude e participação política.

Bibliografia Básica:

BERGER, Peter L. **A construção Social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
BRYM, Robert et al. Sociologia: **Sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
ELA, Jean-Marc. **Investigação científica e crise da racionalidade** - Livro I. Lisboa: edições Pedago, 2016.
GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
ELA, Jean-Marc. **A Investigação Africana Face ao Desafio da Excelência Científica**. Livro II. Lisboa: edições Pedago, 2016.
IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.
PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Processos coloniais e a construção da modernidade

Ementa: Tipologia das situações coloniais modernas e contemporâneas (povoamento e exploração, colônias e protetorados, administração direta e indireta, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo). Eurocentrismo, religião e civilização na estruturação das sociedades coloniais e do Estado nas Américas, África e Ásia. Alterização, racialização e etnização. Instituições e métodos da administração colonial. Resistência e adaptação à dominação ocidental. Processos de independência e projetos de nação no século XIX (Américas) e no século XX (Ásia e África). Estado pós-colonial, modernização e disputas em torno da cidadania.

Bibliografia básica:

BELOTO, Manoel Lelo; CORREA, Ana Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
BOAHEN, A. Adu (Org.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (História Geral da África, VII).
COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

Bibliografia complementar:

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Coords.). **Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado em África**. Lisboa: Pedago; Luanda: Mulemba, 2014.
CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Edufba, 2004.
CHESNEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.
MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livro-docência em Etnologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acesso em 3 jun. 2016.

Metodologia da pesquisa interdisciplinar em Humanidades

Ementa: Ciência e Ciências humanas: da emergência do método às críticas do final do século XX. Interdisciplinaridade e suas questões. Do tema ao objeto: problematização e delimitação. Conexões entre teoria e metodologia. Métodos e instrumentos: a construção dos dados e das fontes. A interdisciplinaridade no desenho metodológico da pesquisa. Introdução ao projeto de pesquisa: levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória.

Bibliografia básica:

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento. In: **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
MORIN, Edgar. Interpolitransdisciplinaridade. In: **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 105-116.
POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

Bibliografia complementar

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2007.
KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
MIGNOLO, Walter. Herencias coloniales y teorías poscoloniales. In: GONZÁLES STEPHAN, Beatriz (Comp.). **Cultura y Tercer Mundo**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996. p. 99-136.
POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 208-249, 2006.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

13.1.3 Disciplinas do conteúdo de Relações Internacionais**Análise das relações internacionais contemporâneas**

Ementa: As transformações no sistema internacional pós-guerra fria e a revisão dos temas e agendas das Relações Internacionais. Dinâmica e evolução do sistema internacional na atualidade. Novos atores e regiões conturbadas do mundo. O advento de uma nova agenda de pesquisa com base na porosidade dos espaços internos e externos às fronteiras estatais.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, J. A. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
FRIEDMAN, G. **A Próxima Década**. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2012.
KHANNA, P. **O Segundo Mundo: Impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
O'NEILL, J. **O mapa do crescimento: Oportunidades econômicas nos BRICs e além deles**. Rio de Janeiro: Globo, 2012.
VISENTINI, P. G. F.; WIESEBRON, M. (orgs). **Neo-hegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

Bibliografia Complementar:

CARRION, R.; VISENTINI, P. G. F. (orgs). **A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio**. Porto Alegre: Editora UFRGS /CEDESP-RS, 2000.
HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
MARTINS, J. M. Q. **Relações internacionais contemporâneas: estudos de caso em Política Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013.
PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). **O novo desafio Imperial**. São Paulo: Clacso, 2004.

Análise das Relações Internacionais Sul-Sul

Ementa: Teorias contemporâneas das Relações Internacionais e os países emergentes. As Teorias da Mundialização. A Nova Geopolítica e a nova divisão internacional do trabalho. As novas estratégias de desenvolvimento e a cooperação sul-sul. Cooperação, conflito e formação de coalizões Sul-Sul. O papel dos novos países emergentes e as perspectivas para os processos de formação de coalizões Sul-Sul, como o IBAS e o BRICs.

Bibliografia Básica:

AMARAL JÚNIOR, A. (org.). **Relações Sul-Sul: Países da Ásia e o Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

AYLLON, B.; SURASKY, L. (coords.). **La Cooperacion Sur-Sur en Latinoamerica: utopia y realidad**. Madrid: Catarata/IUDC-UCM, 2010.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. (orgs). **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/Iuperj, 2009.

OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZANELLA, C. K. **A Cooperação Sul-Sul em Ação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

Bibliografia Complementar:

HIRST, M. **Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné-Bissau**. Texto para Discussão 1687. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

HIRST, M. **As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul**. Ms. CEBRI, jul. 2010.

LEITE, P. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

VISENTINI, P.; CEPIK, M.; PEREIRA, A. D. **G-3 - Fórum de Diálogo IBAS: Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2011.

Direito Internacional Público I

Ementa: Introdução ao Direito Internacional. Definição do Direito Internacional Público: objeto, taxonomia e conteúdo de normas. Sujeitos de Direito Internacional (Estados, Organizações Internacionais e Indivíduos). Personalidade em Direito Internacional Público: os Estados, as organizações inter-governamentais, a pessoa humana, situações particulares. Fontes do DIP: tratados, o costume, a jurisprudência, os princípios gerais de direito, a doutrina, atos unilaterais dos Estados e resoluções de organizações intergovernamentais. Reconhecimento de Estado e de Governo e Sucessão de Estados. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional. Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional.

Bibliografia Básica:

ARIOSI, M. **Conflitos entre tratados internacionais e leis internas: o Judiciário e a Nova Ordem Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

LEITE, J.; AYALA, P. **Direito Internacional na Sociedade de Risco**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MELLO, C. D. de A. **Curso de Direito Internacional Público**. vol. 1. 15. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

NASSER, S. **Fontes e Normas do Direito Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

REZEK, J. F. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANÇADO, A. **O Direito Internacional em um Mundo em Transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DINH, N.; DAILLIER, P.; PELLET, A. **Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDEIROS, A. P. **Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Brasília: FUNAG, 2007.
PIOVESAN, F. Valor jurídico dos tratados: impacto na ordem interna e internacional. **Boletim da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 22, mar./abr. 1998.
SILVA, G.; ACCIOLY, H.; CASELLA, P. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Direito Internacional Público II

Ementa: Organizações internacionais regionais. Mercosul e União Africana: formação, estrutura e ordem jurídica. OMC: ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias. Organizações estratégicas: UNASUL, BRICS e G20. Organizações Internacionais universais: Organização das Nações Unidas - Corte Internacional de Justiça e Corte Permanente de Arbitragem. Evolução da posição brasileira no âmbito da ONU. Tribunais internacionais criados no âmbito da ONU e Responsabilização Internacional.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, J. M. C. **Manual de Direito Comunitário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
HAFFNER, J.; VIANA, G. União Africana (U.A): Desafios e oportunidades da Integração. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, out./nov. 2013.
KLOR, A. D.; PIMENTEL, L. O.; KEGEL, P. L.; BARRAL, W. **Solução de controvérsias OMC, União Européia e Mercosul**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2004.
OCAMPO, R. **Direito internacional público da integração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
PEREIRA, A. C. P. **Direito Institucional e Material do Mercosul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

Bibliografia Complementar:

DELMAS-MARTY, M. **Três desafios para um direito mundial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
FERREIRA, L. P. **Estado, globalização e integração regional: políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América Latina no final do século XX**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.
GARCIA, E. **O sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
KOLB, R. **An Introduction to the Law of the United Nations**. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2010.
RANGEL, V. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Economia Política Internacional

Ementa: A evolução da Economia Política Internacional, aspectos teóricos e conceituais. Teorias econômicas sobre hegemonia, ordem mundial e mudança histórica. Interpretações sobre a evolução e dinâmica do sistema interestatal capitalista. Sistema financeiro internacional e o mercado internacional de moedas. Economia Política Internacional e Desenvolvimento desigual. Impactos econômicos de conflitos e crises no continente africano. África contemporânea: inserção internacional do continente na economia global, fontes endógenas e exógenas de crescimento, desafios para o desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
CHANG, H-J. **Chutando a escada: estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

GILPIN, R. **Political Economy of International Relations**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, J-M.; RAY, O. **Le Temps de l'Afrique**. Paris: Odile Jacob, 2010.

Bibliografia Complementar:

CHANG, H-J. **Maus Samaritanos: O mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GODDARD, R. et al. **International Political Economy: State-Market Relations in a changing Global Order**. London: Lynne Rienner, 2003.

SCHECHTER, M. G.; COX, R. **The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilization**. London: Routledge, 2012.

VIDAL, G.; GUILLÉN, A. (coord.). **Repensar la Teoría del Desarrollo en un Contexto de Globalización**. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: Clacso, 2008.

Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global

Ementa: O papel da América Latina e de África nas relações internacionais em geral e nas relações sul-sul em particular. Como a América Latina e a África se relacionam com o mundo inteiro e com as outras regiões do sul global, nos contextos econômicos, políticos e geoestratégicos.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2010.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

HUGON, P. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PENHA, E. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EdUFBA, 2011.

SILVA, A. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Vozes, 2010.

VISENTINI, F. **A África na Política Internacional**. O sistema interafricano e a sua inserção internacional. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

CERVO, A.; RAPPAPORT, M. (org.). **História do Cone Sul**. 2. ed. São Paulo: REVAN, 2015.

MELLO, L. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 2015.

MONIE, F.; BINSZTOK, J. (org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. São Paulo: Mauad, 2012.

História das Relações Internacionais I

Ementa: Introdução ao campo da História das Relações Internacionais e aos conceitos básicos da disciplina. Exame da História das Relações Internacionais a partir da Paz de Westphalia, com ênfase na evolução do sistema de Estados. As independências latino-americanas no século XIX, a Revolução Industrial e a formação do capitalismo industrial, o Imperialismo e neocolonialismo na América Latina e a colonização da África dos anos 1870 até a I Guerra Mundial.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LESSA, A. C. **História das relações internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LOHBAUER, C. **História das relações internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J-B. **Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2000.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FERRO, M. **História das colonizações**. Das conquistas as independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva/IBRI, 2007.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

WALLERSTEIN, I. M. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

História das Relações Internacionais II

Ementa: História das Relações Internacionais no século XX, desde a Primeira Guerra Mundial, o período entre guerras e a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, Conferência de Bandung, descolonização asiática e africana, o colapso da União Soviética e suas consequências para o Sistema internacional pós-guerra Fria.

Bibliografia Básica:

AMIN, S. **Os desafios da Mundialização**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

DUROSELLE, J-B. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora UnB, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos 1914-1991**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. Lisboa: Edições Europa-América, 1990.

TODD, E. **Depois do Império**. A decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Bibliografia Complementar:

M'BOKOLO, E. **África negra. História e civilizações**. São Paulo/Salvador: EdUFBA/Casa das Áfricas, 2009

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. S. Paulo: Ed. Campus, 2000.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Vol 1. Brasília: IBRI, 2001.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J-B. **Introduction a la história de las relaciones internacionales**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. **História do Mundo Contemporâneo: Da Pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Laboratório de Análise das Relações Internacionais

Ementa: O Laboratório de Análise das Relações Internacionais é uma disciplina de formação continuada que funcionará em termos práticos como um espaço voltado ao aprofundamento teórico, analítico e metodológico dos estudantes de relações internacionais sobre os principais temas da agenda internacional. Levando-se em consideração o diferencial da Terminalidade de Relações Internacionais da UNILAB, campus dos Malês, cujo foco é a Cooperação Sul-Sul e as relações sociais, culturais, econômicas e educacionais do Brasil com o continente africano, o presente laboratório contará com o auxílio do corpo docente do curso e de convidados/as que, eventualmente, apresentarão os resultados de suas pesquisas.

Bibliografia básica:

- ALBUQUERQUE, J. A. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VISENTINI, P. G. F.; WIESEBRON, M. (orgs). **Neo-hegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). **O novo desafio Imperial**. São Paulo: Clacso, 2004.
- ZANELLA, C. K. **A Cooperação Sul-Sul em Ação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.
- HIRST, M. As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul. Ms. CEBRI, jul. 2010.

Bibliografia Complementar:

- LEITE, P. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.
- SARAIVA, J. F. S. (org.). **Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Vol 1. Brasília: IBRI, 2001.
- LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: A agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- LOPES, C. **Compasso de espera: o fundamento e o acessório na crise africana**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

Organizações Internacionais

Ementa: Definição e características. Responsabilidade. Sucessão. Direito das convenções e de legação. Classificação. Imunidades e privilégios. Estabelecimentos públicos internacionais. Evolução histórica – a Liga das Nações. A Organização das Nações Unidas (ONU) – origem, história, composição e estrutura. O papel da ONU no mundo contemporâneo. Organização Mundial do Comércio. Organizações internacionais especializadas. Organizações regionais. Funcionários internacionais, diplomatas e cônsules – direitos, deveres e medidas disciplinares. Tribunais internacionais especializados.

Bibliografia Básica:

- GUIMARÃES, F. S. **Burocratas das organizações financeiras internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais – história e práticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- RODRIGUES, G. M. A. **Organizações internacionais**. São Paulo: Moderna, 2014.
- SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- TAYLOR, P.; GROM, A. J. R. **The United Nations at the Millennium**. London/New York: Continuum, 2003.

Bibliografia Complementar:

- AMARAL, A. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O Brasil e ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.
- NADER, A. **Conselho de Segurança e o seu papel no século XXI: ONU por um mundo uno**. Curitiba: Juruá, 2010.
- PATRIOTA, A. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2010.
- TAVARES, R. N. **As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África

Ementa: Fluxos e refluxos Brasil-África via Atlântico Sul. História da Cooperação Internacional. Teorias crítica sobre a Cooperação Internacional. Cooperação Norte-Sul. Cooperação Sul-Sul. Cooperação Solidária. Cooperação Sul-Sul como política de desenvolvimento emancipatório. BRICS e seus desafios. Cooperação Brasil-África e seus desafios. UNILAB e a política externa brasileira. Cooperação, Interculturalidade e integração de estados e de pessoas. Cooperação e desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

EDMONSON, L. África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1003-1051.

LEITE, P. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano:** A agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LOPES, C. **Compasso de espera:** o fundamento e o acessório na crise africana. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

MOORE, C. **A África que incomoda:** sobre a problemática do legado africano no cotidiano brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional:** 2005-2009. Brasília: IPEA/ABC, 2010.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África:** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

OLIVEIRA, M. Estratégias internacionais e diálogo Sul-Sul no governo Lula: alianças duradouras ou coalizões efêmeras? In: VILLARES, F. (org.). **Índia, Brasil e África do Sul:** perspectivas e alianças. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 313-333.

SANGREMAN, C. **A teoria da cooperação internacional para o desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa.** Lisboa: CESA, 2009. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers/133?lang=> Acesso 8 jul. 2013.

SANTOS, B. S. **Direitos humanos:** o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, p. 10-18, 2009. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf Acesso: 10 ago. 2016.

Política, Diplomacias e Relações internacionais

Ementa: Breve análise das principais disputas e guerras centrais na história mundial, considerando o longo período que marcou as relações entre a África, o Oriente e o Ocidente até século XXI. Relatar a história da estratégia, da diplomacia e dos processos decisórios das grandes potências envolvidas nos conflitos anteriores, durante e o pós Primeira e Segunda Guerra Mundial. Analisar o papel dos conflitos raciais, das guerras centrais ou globais no ordenamento ou reordenamento do sistema internacional. O problema das novas tecnologias e seus impactos na produção e nas instituições políticas contemporâneas. Análise das estratégias e decisões adotadas pelos estados detentores do grande e menor poder e suas consequências para a política internacional no século XX e XXI.

Bibliografia Básica:

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações.** Brasília: Editora UnB/FUNAG, 2002.

PARET, P. (org.) **Construtores da Estratégia Moderna:** de Maquiavel à Era Nuclear. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PATTON, B.; URY, W.; FISHER, R. **Como chegar ao Sim:** a negociação de acordos sem concessões. 2. ed. São Paulo: Imago, 2005.

VISENTINI, P. G. F. **As Guerras Mundiais (1914-1945)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

Bibliografia Complementar:

CUMMINS, J. **As Maiores Guerras Da História: Os Conflitos Épicos que Delinearam o Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Agir, 2013.

GLANTZ, D. M. **The Soviet Strategic Offensive in Manchuria: 1945**. London: Frank Cass Publishers, 2003.

MCMEEKIN, S. **O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a Tentativa da Alemanha de Conquistar o Poder Mundial (1898-1918)**. São Paulo: Globo, 2011.

WEIR, W. **História de Guerras e Batalhas: Verdades Reveladas**. São Paulo: M. Books, 2012.

Política Externa do Brasil na América Latina

Ementa: Relações entre o Brasil e os países da América Latina. Bilateralismo e Multilateralismo. Lugar do Brasil nas relações exteriores. Organizações regionais como UNASUL e o Mercosul.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA, L. A. M. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

CERVO, A. L.; RAPPAPORT, M. (orgs.). **História do Cone Sul**. 2. ed. São Paulo: REVAN, 2015.

COUTO, L. F. **O Horizonte Regional do Brasil**. Integração e Construção da América Latina. Curitiba: Juruá, 2009

PECEQUILO, C. **O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais**. São Paulo: Alta Books, 2015.

SANTOS, L. C. V. G. **A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

Bibliografia Complementar:

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2015.

LAFER, C. **Identidade internacional e política externa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. (orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VISENTINI, P. G. F. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. São Paulo: Elsevier, 2013.

Política Externa Africana Contemporânea

Ementa: Formação históricas dos Estados africanos contemporâneos no século XX. Análise da formação do sistema interafricano, sua inserção mundial e sua atuação no continente. Estratégias da política externa de África subsaariana a partir de seus Estados articulados em organismos continental e regionais, a OUA-UA, CEDEAO, SADEC, COMESA, CEMAC, CEA, PALOP. Debater de que forma as resoluções da OUA-UA tem impactos na formulação das políticas externas de respectivos países africanos. Estudos de caso de políticas externas de Estados africanos subsaarianos com a EU, UE, China, Índia, Rússia, Turquia, Brasil, Cuba, e outros parceiros tradicionais ou emergentes. O lugar da África no século XXI, desafios e oportunidades.

Bibliografia Básica:

JÚNIOR, W. M. **Política Externa e Cooperação Técnica: As Relações do Brasil com a África durante os Anos FHC e Lula da Silva**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013.

KABUNDA, M.; SANTAMARÍA, A. **Mitos y realidades de África Subsahariana**. Madrid: Catarata-Casa África, 2009.

MENEZES, G. R. de. **As Novas Relações Sino-Africanas: Desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EdUFBA, 2011.

VISENTINI, P. G. F. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, P. G. F. **A Relação Brasil-África: Prestígio, Cooperação ou Negócios?** São Paulo: Alta Books, 2016.

Bibliografia Complementar:

KI-ZERBO, J. **Para quando a África: Entrevista com René Holenstein**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOPES, C. (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SARAIVA, J. F. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VILLARES, F. (org.). **Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VISENTINI, P. G. F. **A Relação Brasil-África: Prestígio, Cooperação ou Negócios?** São Paulo: Alta Books, 2016.

Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais

Ementa: Principais correntes conceituais da problemática do gênero e raça em sua dimensão internacional; Ordem internacional, racismo e poder político; Gênero e violência no contexto internacional.

Bibliografia Básica:

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARLESWORTH, H. **Direitos Humanos da mulher: perspectivas nacionais e internacionais**. Buenos Aires: Profamili, 2006.

COSTA, E. **O gênero no direito internacional: discriminação, violência e proteção**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (coords.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2008.

VARGAS, J. **Never Meant to Survive: Genocide and Utopias in Black Diaspora Communities**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

Bibliografia Complementar:

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n.1, jan-jun. 2014.

MOURA, T.; GARRAIO, J.; ROQUE, S. Mulheres e guerras: representações e estratégias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 96, 2012.

NASSER, R. M. (org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

STEVENS, C. (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres/ Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

Segurança Internacional e Estudos Estratégicos

Ementa: O conceito de Poder, Geopolítica e Estratégia. As Teorias do Poder e a Geopolítica como teoria do poder. Principais Teóricos e debates clássicos de Estratégia. A geopolítica como instrumento de análise. As teorias do poder geopolítica teoria do poder marítimo; a teoria do poder terrestre e a teoria do poder aéreo. Geopolítica e poder no século XXI: o poder nuclear, espacial e cibernético. A geopolítica e as relações internacionais. Mudanças de equilíbrio de poder e a ascensão de potências emergentes. Geopolítica dos Recursos Energéticos. Geopolítica e geopolitólogos do Brasil e da América do Sul. Geopolítica da América do Sul e da América Latina e Caribe. Geopolítica, segurança internacional e conflitos regionais. A geopolítica da competição internacional e a globalização: implosão e fragmentação territorial vs integração regional.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, L. (org.). **Geopolítica & Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002.
MACKINDER, H. **Democratic Ideals and Reality: a Study in the Politics of Reconstruction**. Charleston, NC: Nabu Press, 2010.
MAHAN, A. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. LaVergne, TN: Lightning Source, 2007.
MELLO, L. I. A. **Quem tem medo de Geopolítica?** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, J. **A Escola Geopolítica Brasileira**: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.
MODELSKI, G.; THOMPSON, W. R. **Seapower in Global Politics, 1494-1993**. Seattle: University of Washington Press, 1988.
SANTOS, E. S. **Poder Aéreo**: Sua evolução e influência na estratégia. Parede: Principia, 2011.

Teorias das Relações Internacionais I

Ementa: Análise da origem e desenvolvimento das teorias clássicas das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo e Escola Inglesa. A Revolução Behaviorista e seus efeitos no campo das Relações Internacionais. Estudo do primeiro (Realistas e Liberais) e do segundo (Tradicionalistas e Cientificistas) debate das Relações Internacionais.

Bibliografia básica:

ROCHA, A. **Relações internacionais**: Teorias e Agenda. Brasília: FUNAG/IBRI, 2002.
MEDEIROS, M.; LIMA, M.; REIS, R.; VILLA, R. (orgs.), **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2010.
NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
SEITENFUS, R. **Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

Bibliografia Complementar:

BATISTA, P. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. São Paulo: Pedex, 1994.
CARVALHO, M.; SANTOS, M. H. (orgs.). **O Século 21 no Brasil e no Mundo**. Bauru: Editora EdUSC, 2006.
FIORI, L. J. **O Poder Global**. São Paulo: Boitempo, 2007.
OLIVEIRA, H.; LESSA, A. **Política Internacional Contemporânea**: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.
PECEQUILO, C. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

Teorias das Relações Internacionais II

Ementa: Debate inter-paradigmático. Marxismo. Teoria de Dependência e Sistema-Mundo. Teoria da Interdependência. A Proposta neorrealista e a “resposta” do Institucionalismo Neoliberal. Análise do debate “neo-neo”. A hegemonia positivista no campo das Relações Internacionais. África na política internacional.

Bibliografia Básica:

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

DUROSELLE, J-B. **Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2000.

NYE JUNIOR, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, P. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

BEDIN, G. et al. **Paradigmas das relações internacionais: realismo, idealismo, dependência, interdependência**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

FONSECA JÚNIOR, G. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. São Paulo: IPRI, 2003.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PENNA FILHO, P. **O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)**. Brasília: FUNAG, 2008.

13.1.2 Disciplinas obrigatórias de TCC

Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: Definição do tema do Trabalho de Conclusão de Curso e do Professor Orientador. Elaboração de projeto com relevância do tema, objetivos, hipóteses, metodologia, bibliografia, revisão de literatura e cronograma de execução.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

COLOMB, G.; BOOTH, W.; WILLIAMS, M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

Bibliografia complementar:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, I. **Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales**. Madrid:Editorial Tecnos, 2011.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa: Elaboração dos capítulos ou trechos teóricos e históricos e/ou descritivos do Trabalho de Conclusão de Curso. Coleta e análise de dados. Redação dos capítulos analíticos, empíricos ou comparativos referentes ao objeto de estudo pesquisado.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
COLOMB, G.; BOOTH, W.; WILLIAMS, M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

Bibliografia complementar:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.
LAKATOS, I. **Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales**. Madrid:Editorial Tecnos, 2011.
SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Trabalho de Conclusão de Curso III

Ementa: Finalização do Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais. Redação das considerações finais. Revisão do texto final. Depósito do TCC e apresentação do trabalho para a banca de avaliação.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
COLOMB, G.; BOOTH, W.; WILLIAMS, M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

Bibliografia complementar:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.
LAKATOS, I. **Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales**. Madrid:Editorial Tecnos, 2011.
SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

13.1.3 Disciplina optativa ofertada por outro curso

Língua Brasileira de Sinais - Libras

Ementa: A Libras e sua história. A cultura da libras e a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Os sujeitos surdos, sua história, sua identidade e sua cultura. O Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Laboratório em língua de sinais.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, F. et al. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas**: Novo Deit-Libras: 3. ed., rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2015.

SOUZA, T. A. F. **Libras em Contexto**: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

Bibliografia Complementar:

DALLAN, S. S. **Signwriting**: sistema escrito para língua de sinais. 2008

DUBOC, M. J. Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n° 31, p119-130, jul/dez, 2004.

KLEIMAN, Â.(org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2012

SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Bibliografia Suplementar:

LIRA, G. de A.; SOUZA, T. A. F. de. **Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais**. Versão 2.0. 2005/ Disponível em: http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm Acesso: 12 mar. 2016.

13.2 Disciplinas Optativas da Área de Relações Internacionais

13.2.1 Eixo: Teorias e agendas de pesquisa em Relações Internacionais

Análise dos conflitos, guerras e processos de integração regional na África

Ementa: Análise dos principais conflitos inter-estatais e subnacionais, guerras, processos de cooperação e de integração regional no continente africano. O problema da construção dos Estados Nacionais e da Soberania. Os conflitos interestatais, disputas de fronteira e rivalidades regionais na África. As principais guerras locais ou regionais que marcaram o continente africano nos séculos XIX e XX. Os padrões de conflito e cooperação regionais. O papel da identidade, da língua, da infraestrutura e das instituições como fatores críticos para a integração ou para a desintegração. As perspectivas de integração diante da ameaça da fragmentação política e do imperialismo.

Bibliografia Básica:

BENAVIDES DE LA VEGA, L. **La integracion regional y el desarrollo en Africa**. Madri: Catarata, 2013.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (orgs.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010.

PAULA, L. A. M. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional Para Ruanda**. Curitiba: Appris, 2014.

VISENTINI, P. F. G.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, T. de. **África, geografia, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

PHILIPPE, H. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SARAIVA, J. F. **O Lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira. Brasília: Editora UnB, 1996.

SILVA, I. C. **Congo, a Guerra Mundial Africana:** conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: CEBRAFRICA/ Leitura XXI, 2012.

Dinâmica e desafios dos processos migratórios

Ementa: Dinâmica dos processos migratórios modernos. Análise do mundo do trabalho via mobilidade humana. Modelos explicativos da mobilidade humana. A perspectiva do equilíbrio. Atração e repulsão. Migrações internacionais virada do século XIX-XX. Migrações internacionais e assimilação. Migrações Internacionais período entre guerras. Perspectiva histórico estrutural. A questão migratória pós década de 1960. Migrações e multiculturalismo. Migrações e direitos humanos. Dimensão econômica das migrações. Migrações como problema. Processos de inclusão. Sociedades receptoras. Redes sociais. Globalização e circulação humana. Identidades e deslocamentos. Conflitos e diferenças. Emigração de brasileiros.

Bibliografia Básica:

MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. **Diáspora africana na era da globalização:** experiência de refúgio, estudo e trabalho. Curitiba: CRV, 2015.

MENEZES, G. R. de. **As Novas Relações Sino-Africanas:** Desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

PATARRA, N. L. (org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo:** Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, v. 1, São Paulo: FNUAP, 1995.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das Migrações.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EdUSP, 1998.

Bibliografia Complementar:

PATARRA, N. L. (org.). **Migrações Internacionais:** Herança XX, Agenda XXI. São Paulo: Oficina Editorial: Campinas: FNUAP, 1996.

SALES, T.; REIS, R. R. **Cenas do Brasil Migrante.** São Paulo: Boitempo, 1999.

MARTES, A. C. B. **Brasileiros nos Estados Unidos:** Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PIORE, M. **Birds of Passage:** Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. **The Economic Sociology of Immigration:** Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1995.

Economia Política da Segurança Alimentar Global

Ementa: Teoria neomaltusiana. Segurança alimentar e soberania nacional. Explicações para a fome. Análise dos principais mercados (demanda e oferta). Formação de preços. Estados, povos e empresas multinacionais. Desafio da sustentabilidade. Papel das agências intergovernamentais (FAO, FMI). Atuação do G7 e G20.

Bibliografia básica:

FAO. **The State of Food and Agriculture:** Women in agriculture – closing the gender gap for development. Rome: FAO/United Nations, 2011.

KONING, N.; PINSTRUP-ANDERSEN, P. (eds.). **Agricultural Trade Liberalization and the Least Developed Countries.** Dordrecht: Springer, 2007.

SHAW, J. D. **World Food Security:** a History since 1945. New York: Palgrave MacMilan, 2007.

WINDERS, B. **The Politics of Food Supply**: US agricultural policy in the World Economy. New Haven/ London: Yale University Press, 2009.

Bibliografia complementar:

BARRETT, C. B.; MAXWELL, D. **Food Aid after Fifty Years**: recasting its role. Oxon/New York: Routledge, 2005.

CASTRO, J. de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.

DIAKOSAVVAS, D. (ed). **Coherence of agricultural and rural development policies**. Paris: OECD Publishing, 2006.

GALE, F. (ed.). **China's Food and Agriculture**: issues for the 21st Century. US Department of Agriculture: University Press of Pacific, 2005.

LEATHERS, H. D.; FOSTER, P. **The World Food Problem**: Tackling the Causes of Undernutrition in the Third World. 3.ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

PAUL, J. A.; WALHBERG, K. **A new era of world hunger?** the global food crisis analyzed. FES Briefing Paper Dialogue on Globalization. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2008. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/usa/05579-20080905.pdf> Acesso: 12 abr. 2016.

Estudos estratégicos e de defesa nas Relações Internacionais

Ementa: Conceitos de estratégia e defesa no campo dos estudos estratégicos. Disputas entre as grandes potências, estratégia, segurança e o problema das causas da Guerra. Polaridade, polarização e padrões de amizade e inimizade entre os Estados. O problema das relações entre as grandes potências. A geopolítica de poder no Sistema Internacional pós-guerra Fria e os desafios de segurança e defesa do século XXI. Os desafios de segurança e defesa do Brasil e da América do Sul: Amazônia, Pré-Sal, Integração Regional e o problema da ameaça das grandes potências extra regionais. Integração regional nos campos de segurança e defesa e o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano. Geopolítica da inserção do Brasil e da América do Sul no novo cenário Internacional e o papel estratégico da UNASUL.

Bibliografia Básica:

ALSINA Jr., J. P. S.; JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S. W. (orgs.). **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PARET, P. (org.) **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel a Era Nuclear. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

Bibliografia Complementar:

AGUILAR, S. L. C. **Segurança e Defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria a cooperação atual. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil**: universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORREA, F. G. **O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro**: uma história de ciência, tecnologia e soberania. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010.

MEARSHEIMER, J. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

Gênero, Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano

Ementa: Saberes endógenos africanos. O debate sobre o(s) feminismo(s) negro(s) e africano(s). Legislações africanas de promoção de igualdade de gênero. Agendas dos Estados africanos sobre a temática de gênero. Pensar políticas públicas de desenvolvimento com e a partir das mulheres africanas. Diáspora africana e a política de gênero.

Bibliografia Básica:

- FALOLA, T. **The power of african cultures**. New York: University of Rochester, 2008.
- MATA, I.; PADILHA, L. C. **A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente**. Lisboa: Colibri, 2007.
- SUDBURY, J. **Outros tipos de sonhos: Organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. São Paulo: Summus, 2003.
- PANTOCHA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, C. da (orgs.). **Angola e as Angolanas**. Memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016
- OYEWUMI, O. **African Woman & Feminism: Reflecting on the politics of sisterhood**. Trento/Eritrea: Africa World Press, 2003.

Bibliografia Complementar:

- AMADIUME, I. **Reiventing Africa: Matriarchy, religion and culture**. 2. ed. London/New York: Zed Books, 1997/2001.
- CARVALHA, M. **A participação da mulher na vida de Cabo Verde**. Porto: Edições Ecopy, 2010.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015.
- DIOP, C. A. **A unidade cultural da África negra: esfera do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Luanda: Pedago/Mulemba, 2013.
- NASCIMENTO, E. L. (org). **Sankofa: matrizes da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

Imigração, Raça, Etnicidade e Relações Internacionais

Ementa: Políticas imigrantistas comparadas. O papel da raça e da etnicidade na produção social dos imigrantes. Políticas públicas para imigrantes e refugiados. Tendências dos fluxos migratórios: América Latina e África.

Bibliografia Básica:

- FAUSTO, B. (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EdUSP, 2000.
- SALES, T.; SALLES, M. do R. **Políticas Migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: Sumaré/ EdUFSCAR/ Fapesp, 2002.
- POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade: grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Bibliografia Complementar:

- ANDREWS, G. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EdUSC, 1998.
- AZEVEDO, C. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites**. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOUCAULT, C. E.; MALATIAN, T. (orgs.). **Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- MARQUES, V. R. B. M. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

Pesquisa em Relações Internacionais I

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa em relações internacionais para a monografia ou trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais e Integração.

Bibliografia Básica:

- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- CARVALHO, L. A.; VERAS NETO, F. Q.; LIXA, I. F. M. **Política Internacional, Política Externa & Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2006.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. J. Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRIFFITHS, M. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MINGST, K. A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009.

Bibliografia Complementar:

- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- JATOBÁ, D.; OLIVEIRA, H. A. de (orgs.). **Teoria das Relações Internacionais**. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ROCHA, A. J. R. da. **Relações internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002.
- SALDANHA, E. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Editora Juruá, 2011.
- SOUZA, H. J. **Como Se Faz Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Panafricanismo e Política Internacional

Ementa: Escravidão, racismo e colonialismo como questões da agenda política internacional. Surgimento do pan-africanismo nas Américas e suas expansão para a África. Congressos pan-africanistas. Negritude. Afrocentricidades. Movimentos pan-africanistas. Lutas africanas de libertação. Da OUA para UA. África e diásporas africanas e suas agendas atuais. Agenda de UA 2063.

Bibliografia Básica:

- ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e Integração Regional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, 874-896.
- KODKJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 897-923.
- LE MOUVEMENT PANAFRICANISTE AU XX^e SIÈCLE. **Contribution à la Conférence des intellectuels d'Afrique et de la Diaspora (CIAD I) organisée par l'Union africaine en partenariat avec le Sénégal**. Dakar, 7-9 oct. 2004. Disponível em : <http://www.codesria.org/spip.php?article1800&lang=en>. Acesso: 13 jul. 2016.
- MOORE, C. W. **Abdias Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global**. Salvador, 2000. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/>. Acesso: 12 maio 2009.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1988.

Bibliografia Complementar:

- APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- KASSAMA, M. (dir.). **L'Afrique répond à Sarkozy: contre le discours de Dakar**. Paris: Phillipe Rey, 2008.
- MAZRUI, A. A. Introdução. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-29.
- M'BOKOLO, E. Os caminhos da emancipação. In: M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações**. Tomo II: Do século XIX até nossos dias. Salvador: UFBA/ São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 523-626.
- MONGA, C. **Nilismo e negritude**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Processos de Integração Regional

Ementa: Teorias da Integração. A teoria crítica. Análise de integração regional considerando seus aspectos políticos, econômicos e culturais. Análise das limitações, oportunidades e desafios impostos pelo sistema internacional e pelo jogo das potências. Integração regional e seus diferentes modelos na Europa, na Ásia, na África e América Latina. Integração Brasil-África.

Bibliografia Básica:

BRICENO-RUIZ, J.; RIVAROLA PUNTIGLIANO, A.; CASAS GRAGEA, A. M. (eds.). **Integración latinoamericana y caribeña: Política y economía.** México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração Regional: blocos econômicos nas relações internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

WIESEBRON, M.; GRIFFITHS, R. (orgs.). **Processos de Integração Regional e Cooperação Intercontinental desde 1989.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KABUNDA, M. B.; SANTAMARÍA, A. **Mitos y realidades de África Subsahariana.** Madrid: Catarata-Casa África, 2009.

EDMONSON, L. África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1003-1051.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, P. R. de. **Integração Regional: Uma Introdução.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BOTELHO, J. C. A. **La Creación y la Evolución de UNASUR.** Curitiba: Juruá, 2013.

CAETANO, G. (org.). **Mercosur 20 anos.** Montevideo: CEFIR, 2011.

CEPIK, M. (org.). **América do Sul: Economia e Política da Integração Regional.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

DULCI, T. S. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): Identidades, União Aduaneira e Arbitragem.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

FUNAG. **A América do Sul e a Integração Regional.** Brasília: FUNAG, 2012.

Sociedade Civil Organizada Global

Ementa: Identificação da organização da sociedade civil organizada. História do movimento sindical internacional. Movimentos internacionais de paz. Fórum Social Mundial. Opinião pública internacional. Participação social nas instâncias da ONU. Participação social nos Bancos Multilaterais (Banco Mundial, BID). Política externa brasileira e as organizações sociais globais. Participação da sociedade civil brasileira na política externa brasileira. Soberania e participação.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, M. D. **Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs.** Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

TAVARES, R. N. **As organizações não-governamentais nas Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

WHITAKER, F. **O Desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Bibliografia Complementar:

FLORINI, A. M. **The Third Force: the rise of transnational civil society.** Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.

HARROD, J.; O'BRIEN, R. (eds.). **Global Unions? Theory and strategies of organized labor in the global political economy.** London/ New York: Routledge, 2002.

KALDOR, M. **Global Civil Society: an answer to war.** Cambridge: Polity Press, 2003. ESCHLE, C. **Global Democracy, Social Movements and Feminism.** Boulder: Westview Press, 2001.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in International Policy**. New York: Cornell University, 1998.

MCKEON, N. **The United Nations and civil society: legitimating global governance whose voice?** London/ New York: Zed Books, 2009.

Teoria das Relações Internacionais: idealismo, liberalismo, institucionalismo e neoinstitucionalismo

Ementa: Realismo e o balanceamento de poder nas Relações Internacionais. Principais autores, conceitos. Teorias do Balanceamento de Poder. Institucionalismo e neoinstitucionalismo nas relações internacionais.

Bibliografia Básica:

BEDIN, G.. et al. **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

DINIZ, E. **Política Internacional: Guia de Estudos das Abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2007.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura Política**, São Paulo, n. 28/29, p. 21-74, 1993.

VIANNA, L. W. (org.). **A Democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2002.

Bibliografia Complementar:

WALTZ, K. N. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: IPRI/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003.

IMMERGUT, E. O Núcleo Teórico do Novo Institucionalismo. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. vol. 1. Brasília: ENAP, 2007, p. 155-196. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1254/cppv1_0101_saravia.pdf?sequence=1&isAlowed=y Acesso: 10 ago. 2016.

Teorias das Relações Internacionais: teorias críticas, marxismo, neomarxismo, pós-marxismo e globalismo

Ementa: Teorias Marxistas, Neomarxistas e Pós-marxistas nas Relações Internacionais. Teoria Crítica. Globalização e seus críticos. Principais autores, conceitos e agendas de pesquisa das teorias críticas, globalistas e neomarxistas.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, M. et al. (orgs). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

VELASCO E CRUZ, S. C. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LÊNIN, V. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2002.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização, de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ROCHA, A. J. R. **Relações Internacionais: Teorias e Agendas**. Brasília: IBRI, 2002.

Bibliografia Complementar:

ARRIGHI, G. **O longo Século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

WALLERSTEIN, I. **El futuro de la civilización capitalista**. Barcelona: Icaria, 1997.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

TODD, E. **Depois do Império**. São Paulo: Record, 2003.

Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais I

Ementa: Eurocentrismo e falsificação da história africana. Saberes endógenos africanos. Ciência e tecnologia na África pré-colonial, colonial e pós-colonial. Pensamento social e Estudos Africanos em África até 1980: os precursores. Crítica africana contra a hegemonia ocidental. Questões sociais da agenda intelectual da África antes das independências até os anos de 1980.

Bibliografia Básica:

BÂ, H. A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (ed.) **História Geral da África**, vol. I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p.

ELA, J-M. **Restituir a História às Sociedades Africanas**: promover as ciências sociais na África Negra. Lisboa: Pedago, 2013.

KI-ZERBO, J. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: KI-ZERBO, J. (ed.). **História Geral da África**, vol. I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 383-399.

HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 149-160, mar. 2008.

MAZRUI, A. A.; AJAYI, J. F. A. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 761-815.

Bibliografia Complementar:

APPIAH, K. A. **Na Casa de Meu Pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: nota sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org). **Afrocentricidade**: uma abordagem inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

MUNDIMBE, V. Y. **A invenção de África**: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Lisboa/Luanda: Edições Pedago/Mulemba, 2013.

Tópicos avançados em Estudos Africanos e Relações Internacionais II

Ementa: Novos Estudos Africanos. Consolidação das Ciências naturais e sociais em África pós-colonial, de 1980 até hoje. O intelectual africano perante a crise social. Diálogo crítico entre intelectuais africanos do período das independências e da pós-independência. Questões sociais da agenda intelectual da África contemporânea: guerra, democracia, identidade, estado-nação, identidade nacional, globalização, desenvolvimento, educação, meio ambiente, gênero, cooperação regional e internacional.

Bibliografia Básica:

APPIAH, K. A. **Na Casa de Meu Pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

MBEMBE, A. **Sair da Grande Noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Luanda: Pedago/Mulemba, 2014.

MONGA, C. **Niilismo e negritude**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África**. Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

OBENGA, T. **O Sentido da Luta Contra o Africanismo Eurocentrista**. Luanda: Pedago/Mulemba, 2016.

Bibliografia Complementar:

CRUZ E SILVA, T.; COELHO, J. B.; SOUTO, A. N. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar: CODESRIA, 2012. Disponível em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en> Acesso: 10 ago. 2016. <http://h/>

GUTTO, S. B. O. Toward a new paradigm for pan-African knowledge production and application in the context of the African Renaissance. **International Journal of African Renaissance studies**, v. 1, n. 2, p. 306-323, 2006.

LOPES, C. (org.). **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

PANTOCHA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, C. da (orgs.). **Angola e as Angolanas**. Memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016.

13.2.2 Eixo: Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento**Tópicos Especiais em Cooperação na América Latina**

Ementa: O presente tópico tem como objetivo capacitar o aluno a compreender os diversos aspectos que permeiam as análises sobre a integração regional na América do Sul. São estudados aspectos teóricos, históricos e contemporâneos relativos à evolução da integração sul-americana. Em particular, são debatidos temas relevantes para a inserção internacional do Brasil na América do Sul por meio de processos de integração regional, a exemplo das questões de segurança, comércio, cultura e cooperação internacional.

Bibliografia Básica:

CEPIK, M. (org.) **América do Sul**: Economia e Política da Integração Regional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

CERVO, A. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOREIRA, C.; AVARO, D. (coords.) **América Latina Hoy**. Sociedad y política. Villa María: Editorial Universitaria de Villa María, 2012.

CAVAROZZI, M.; ABAL MEDINA, J. M. (comps.) **El asedio a la política**. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

MOREIRA, C.; RAUS, D.; GÓMEZ LEYTON, J. C. (coord.) **La nueva política en América Latina**: rupturas y continuidades. Montevideo: Flacso/ UNLa/Arcis/ Trilce, 2008.

Bibliografia Complementar:

BUVINIC, M.; MAZZA, J. (coord.). *A Política das Políticas Públicas*: Progresso Econômico e Social na América Latina. – Relatório do BID 2006. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CAETANO, G. (org.). **Mercosur 20 anos**. Montevideo: CEFIR, 2011.

SILVEIRA, M. L. (org.) **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. São Paulo: Record, 2005.

TAVARES, J. A. G.; ROJO, R. E. **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VISENTINI, Paulo G. F. **O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe**: Oportunidades e desafios da integração. Buenos Aires: Ed. Flacso, 2010.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Administração pública

Ementa: Analisar a cooperação técnica na área de administração pública entre o Brasil e África, especialmente os PALOP, considerando as relações assimétricas estabelecidas historicamente entre Portugal, Brasil e as colônias africanas. Questionar o peso do colonialismo na administração pública

de países africanos descolonizados. Destacar os esforços de implementação de serviços públicos assente na gramática dos direitos da cidadania e de valorização de recursos locais e na lógica da cooperação sul-sul. Apresentar estudos de casos de cooperação entre Brasil e África na área da administração pública.

Bibliografia Básica:

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2007.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Estado, aparelho de estado e sociedade civil**. Texto para discussão, 4. Brasília: ENAP, 1995. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado_aparelho_do_estado_sociedade_civil-TD-ENAP.pdf Acesso: 12 dez. 2016.
- BUVINIC, M.; MAZZA, J. (coord.). *A Política das Políticas Públicas: Progresso Econômico e Social na América Latina*. – Relatório do BID 2006. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- OLIVEIRA, F. B.; KASZNAR, I. K. **Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integradas desafios e propostas estratégicas**. São Paulo: FGV/ Pearson Education, 2007.

Bibliografia Complementar:

- BUVINIC, M.; MAZZA, J. (coord.). *A Política das Políticas Públicas: Progresso Econômico e Social na América Latina*. – Relatório do BID 2006. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- CÁ, Lourenço Ocuni. Estado: políticas públicas e gestão educacional. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.
- GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- KEINERT, Tania Margarete Mezzomo et al.. Inovação e cooperação intergovernamental: microregionalização, consórcios, parcerias e terceirização no setor de saúde. São Paulo, SP: Annablume, 2006. 222 p..
- OLIVEIRA, Fátima Bayma de; Kasznar, Istvan Karoly. Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integradas desafios e propostas estratégicas. São Paulo: FGV; Editora Pearson Education, 2007.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Saúde

Ementa: Analisar a cooperação técnica na área de saúde entre o Brasil e África, especialmente os PALOP, considerando as relações assimétricas estabelecidas historicamente entre Portugal, Brasil e as colônias africanas. Questionar o peso do eurocentrismo, do racismo e colonialismo na concepção de políticas de saúde e no sistema de saúde públicas no Brasil e nos países africanos. Destacar os esforços de implementação de serviços públicos de saúde assente nas epistemologias do Sul global, na gramática de direitos da cidadania e de valorização de recursos locais e na lógica da cooperação sul-sul. Apresentar estudos de casos de cooperação entre Brasil e África na área da saúde pública.

Bibliografia Básica:

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, RAP, Rio de Janeiro, 2007.
- BUVINIC, M.; MAZZA, J. (coord.). *A Política das Políticas Públicas: Progresso Econômico e Social na América Latina*. – Relatório do BID 2006. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- CHERMANN, L. P. **Cooperação internacional e universidade: uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ/PUC, 2000.
- OLIVEIRA, F. B.; KASZNAR, I. K. **Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integradas desafios e propostas estratégicas**. São Paulo: FGV/ Pearson Education, 2007.

Bibliografia Complementar:

- GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

KEINERT, T. M. M.; ROSA, T. E. da C.; MENEGUZZO, M. **Inovação e cooperação intergovernamental: microregionalização, consórcios, parcerias e terceirização no setor de saúde.** São Paulo, SP: Annablume, 2006.

ZARPELON, J. Cooperação para o desenvolvimento do Brasil na área da saúde com os PALOP. **Oficina do CES**, n. 414, jul. 2014. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/10842_Oficina_do_CES_414.pdf Acesso: 10 mar. 2016.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Agronomia e produção de alimentos

Ementa: Saberes endógenos africanos na agronomia e produção de alimentos. Uso de mão de obra africana na agricultura colonial brasileiro. Desqualificação de trabalhadores e produtos africanos no mercado mundial nos contextos da colonização e globalização. Lutas africanas de valorização do potencial agrícola desde as independências. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da agricultura.

Bibliografia Básica:

ANTONIAZZI, L. Brasil e África parceiros no desenvolvimento agrícola sustentável. **Terra Sustentabilidade**, 27, fev. 2012. Disponível em:

<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,OI5635969-EI10411,00->

[Brasil+e+Africa+parceiros+no+desenvolvimento+sustentavel.html](http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,OI5635969-EI10411,00-Brasil+e+Africa+parceiros+no+desenvolvimento+sustentavel.html) Acesso: 10 ago. 2016.

MACHADO, A. P. C. **A Formulação da Política Comercial Externa Agrícola:** Condicionantes Internacionais e Domésticos da Transformação Institucional do MAPA. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2009.

MAGALHÃES, B. P. **Política Externa do Brasil em Agricultura:** o papel da Embrapa na cooperação técnica. Monografia (Especialização em Relações Internacionais). Brasília: UnB, 2008.

MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 56, v. 2, p. 5-22, 2013.

SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

Bibliografia complementar:

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado atlântico:** A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

LESSA, A. C. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, 38(1): 24-39, 1995.

GUIMARÃES, S. P. (org.). **Brasil e África do Sul:** riscos e oportunidades no tumulto da globalização. Brasília: FUNAG/IPRI, 1996.

SARAIVA, J. F. S. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: CERVO, A. L.; BUENO, C. (orgs.). **O desafio internacional:** a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 263-332.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Cultura, Educação e Desenvolvimento

Ementa: Saberes endógenos africanos no campo da cultura e educação. Culturas africanas no contexto das diásporas. Marginalização da cultura africana pelo eurocentrismo, pelo colonialismo e pelo racismo. Africanidades como formas de resistir e educar. Reafricanização no Brasil. Reencontro

do Brasil com a África no século XX. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da cultura e educação.

Bibliografia Básica:

- CÁ, L. O. **Estado:** políticas públicas e gestão educacional. Cuiabá: Editora da UFMT, 2010.
- CHERMANN, L. P. **Cooperação internacional e universidade:** uma nova cultura no contexto da globalização. São Paulo: Educ-PUC, 2000.
- COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA. MRE, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Coloquio_sobre_as_relacoes.pdf. Acesso: 8 jan. 2014.
- GOMES, N. L.; VIEIRA, S. L. **Construindo uma ponte Brasil-África:** a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/viewFile/4178/2866>. Acesso: 10 jun. 2014.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** Trajetória da política federal de preservação. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

Bibliografia Complementar:

- LESSA, A. C. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, n. 38, v. 1, p. 24-39, 1995.
- GUIMARÃES, S. P. (org.). **Brasil e África do Sul:** riscos e oportunidades no tumulto da globalização. Brasília: FUNAG/IPRI, 1996.
- HELENO, G. B. **A política externa do Governo Lula:** A experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Fortaleza: UECE, 2014.
- PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal como instrumento de política externa:** a evolução da cooperação técnica com os países em desenvolvimento – CTPA – no período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010.
- WLADIMIR, V. F. **O Brasil e a crise haitiana:** a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Energia, Tecnologia e desenvolvimento sustentável

Ementa: Saberes endógenos africanos no campo da energia, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Debates teóricos críticos africanos e brasileiros no campo da segurança energética e inovação tecnológica na sua relação com a temática do desenvolvimento sustentável. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da energia, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica:

- DIOP, C. A. **Les fondements économiques et culturels d'un état fédéral d'Afrique noire.** Paris: Présence africaine, 1974.
- PACHECO, C. A.; CORDER, S. **Mapeamento institucional e de medidas de política com impacto sobre a inovação produtiva e a diversificação das exportações.** Santiago de Chile: CEPAL, 2010.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.
- FUSER, I. **Energia e Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.
- YERGIN, D. **The prize:** epic quest for oil, money and power. New York: Simon & Schuster, 2008.

Bibliografia Complementar:

- BRIODY, D. **The Halliburton Agenda.** The Politics of oil and money. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004.

FUSER, I. **Petróleo e Poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

KALDOR, M.; KARL, T. L.; SAID, Y. (eds.). **Oil Wars**. London/Ann Arbor: Pluto Press, 2007.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo de Geopolítica?** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PARET, P. (org.) **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel a Era Nuclear**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

Tópicos Especiais em Cooperação Brasil-África na Área de Economia e Comércio internacional

Ementa: Modos de produção endógenos africanos de bens e sua comercialização nos mercados locais e internacionais antes do advento da colonização do continente africano em 1870. Processos de marginalização e extravasão dos mercados africanos no contexto do imperialismo dos estados europeus nos séculos XIX e XXI. A resposta africana perante a ordem econômica capitalista euro-americana a partir das independências. África na agenda econômica brasileira: comércio escravista, investimentos desiguais e a cooperação horizontal. Estudos de caso de cooperação Brasil-África no campo da economia e comércio.

Bibliografia Básica:

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFRJ, 2010.

PRASHAD, V. **The darker nations: a people's history of the Third World**. New York/London: The New Press, 2008.

VEIGA, P. M. A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação.

Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 116, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_PMV.pdf Acesso: 10 jul. 2016.

VIGEVANI, T. **Terceiro mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, 1990.

WOLKMER, A. C. **O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Econômica Internacional**. São Paulo: Ática, 1989.

Bibliografia Complementar:

AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BAUMANN, R.; OLIVEIRA, I. T. M. (orgs.). **Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais**. Brasília: IPEA, 2014.

CENTRO NUEVO MODELO DE DESARROLLO. **Norte-Sur: la fábrica de la pobreza**. Madrid: Editorial Popular, 1997.

LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com os países em desenvolvimento – CTPA – no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

13.2.3 Eixo: Política Externa, Relações Bilaterais e Multilaterais

Análise da Política Externa Brasileira

Ementa: Análise do processo de formulação da Política Externa Brasileira e da inserção internacional do Brasil no mundo contemporâneo. Análise da influência dos grupos de pressão nacionais no processo de formulação da Política Externa Brasileira. Analisar a estratégia de busca por autonomia pela diversificação e multilateralização das relações internacionais. Os debates em torno do projeto do Brasil “potência”. A liderança continental e regional. Descrever os projetos e debates contemporâneos sobre a Política Externa do Brasil, o projeto do Brasil potência, a liderança regional na América do Sul, a questão da Integração Regional e os principais eixos das relações Sul-Sul. Perspectivas para a diplomacia brasileira e para o Brasil no sistema de governança global contemporâneo. Análise da

Política Externa brasileira para o processo de integração regional (da OPA a ALADI, do Mercosul a UNASUL).

Bibliografia Básica:

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil:** universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
GUIMARÃES, S. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
MELLO, L. I. A. **Quem tem medo de Geopolítica?** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
PINHEIRO, L.; MILANI, C. (orgs.). **Política externa brasileira:** as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
VISENTINI, P. G. F. **A Projeção Internacional do Brasil (1930-2012).** Rio de Janeiro: Campus, 2013.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIRA, A. R. **Introdução à Análise de Política Externa.** vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.
DEITOS, M. A. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil a participação do Empresariado Nacional.** Porto Alegre: Editora Uniritter, 2012.
SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (orgs.). **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil.** Brasília: FUNAG 2005.

Análise das Parcerias Estratégicas Internacionais do Brasil

Ementa: Análise do conjunto das relações bilaterais consideradas estratégicas pelo Brasil no mundo contemporâneo. Análise das relações bilaterais do Brasil com as grandes potências (ex. EUA e China) e com potências emergentes, estudando tanto os parceiros tradicionais (ex. Argentina, Alemanha) quanto às parcerias recentes consideradas “não-tradicionais” (ex. Índia, Rússia e África do Sul). São discutidos desafios e oportunidades políticas, econômicas e estratégicas no âmbito de cada agenda bilateral. Analisar as parcerias Sul-Sul do Brasil na América do Sul (Argentina e Venezuela), na África (África do Sul, Angola e Nigéria) e na Eurásia (Índia, Rússia, Ucrânia, Turquia, Israel, China e Coreia do Sul).

Bibliografia Básica:

DATHEIN, R. (org.). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil.** vols. 1 e 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
PECEQUILO, C. S. **As relações Brasil-Estados Unidos.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
SARAIVA, M. G. **Encontros e desencontros:** o lugar da Argentina na Política Externa Brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Bibliografia Complementar:

BANDEIRA, L. A. M. **O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011).** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
GALVÃO, T. G. **Uma história de parceria:** As relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China:** Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
VIEIRA, M. **Relações Brasil-Índia (1991-2006).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
VISENTINI, P.; CEPIK, M.; PEREIRA, A. D. **G-3 - Fórum de Diálogo IBAS:** Uma Experiência de Cooperação Sul-Sul. Curitiba: Juruá, 2011.

Política Internacional dos EUA e da União Europeia

Ementa: Analisar a política internacional dos EUA e da União Europeia no pós-guerra. Pós-colonialismo. Formação do eixo de dominação atlântico. Guerra fria. Hegemonia. Trajetória da Política Externa dos EUA e seus principais determinantes. A construção europeia: de Roma a

Maastricht. A estrutura institucional da UE. A agenda política externa da UE. Eixo anglo-saxão. Busca de autonomia relativa França e Itália. Posição particular da Alemanha. Papel da Cooperação para o Desenvolvimento. Busca de uma política externa comunitária. OTAN. Doutrina Bush. Relação EUA com América Latina; relações União Europeia com América Latina.

Bibliografia Básica:

FIORI, J. L. **O Poder Americano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
CAMERON, F. **An introduction to European Foreign Policy**. Oxon: Routledge, 2007.
PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

Bibliografia Complementar:

EUROPEAN COUNCIL. **European Security Strategy: a secure Europe in a better world**. Brussels, dez. 2003.
HYDE-PRICE, A. **Germany and European Order: Enlarging NATO and the EU**. Manchester: Manchester University Press, 2001.
HEYWOOD, P.; JONES, E.; RHODES, M. (eds.) **Developments in West European Politics 2**. Hampshire/New York: Palgrave, 2002.
HOOK, S. W. **U.S. Foreign Policy: The Paradox of World Power**. Washington: CQ Press, 2008.
KISSINGER, H. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1999.
NIEMANN, A. **Explaining decisions in the European Union**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Sistema ONU e os desafios do multilateralismo

Ementa: Organizações Internacionais e multilateralismo. Trajetória da ONU. Impacto da descolonização. Estrutura e funcionamento: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, EcoSoc, agências especializadas. Nova dinâmica multilateralismo no pós-Guerra Fria. Debate sobre reforma da ONU. Intervenções militares. Relações assimétricas, poder e princípios do universalismo. Participação do Brasil. Surgimento fóruns informais (do G7 ao G20).

Bibliografia Básica:

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.
HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: história e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
TAYLOR, P.; GROM, A. J. R. **The United Nations at the Millennium**. London/New York: Continuum, 2003.

Bibliografia Complementar:

KRASNO, J. **The United Nations: confronting the challenges of a Global Society**. Boulder: Lynne Rienner, 2004.
SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
WEISS, T. G.; THAKUR, R. **Global Governance and the UN: an unfinished journey**. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
TAVARES, R. N. **As organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
UNITED NATIONS. **In larger freedom: towards development, security and human rights for all**. Report of the Secretary-General. New York: United Nations, 2005.

Tópicos Avançados da Política Externa Brasileira na África

Ementa: A política externa brasileira desde a Independência até o fim da Guerra Fria. Relação entre política externa, contexto interno e estratégias de desenvolvimento. Autonomia e dependência. Inserção na região e na economia mundial. As relações com os Estados Unidos. Articulação entre a política externa brasileira, a busca do desenvolvimento e a construção do Estado nacional. Inserção brasileira em África no século XXI.

Bibliografia Básica:

BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.
CERVO, A. L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
OLIVEIRA, H. A. de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
VISENTINI, P. F. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): O nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar:

BANDEIRA, M. L. A. **O Expansionismo Brasileiro: a Formação dos Estados na Bacia do Prata – Argentina, Uruguai e Paraguai - Da Colonização ao Império**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
CORSI, F. L. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
DORATIOTO, F. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
MOURA, G. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950**. Brasília: FUNAG, 2012.
RAFFAELLI, M. **A Monarquia e a República**. Aspectos das relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o Império. Brasília: Funag, 2006.

Tópicos avançados sobre Trajetórias Internacionais do Continente Africano

Ementa: Estudo das trajetórias e conexões internacionais do continente africano, na época moderna e contemporânea. Inserção na economia mundial desde o tráfico de escravos, a colonização e a descolonização até a globalização. Desafios políticos da descolonização. Aspectos econômicos e políticos do atual período de globalização. Integração regional e pan-africanismo. Segurança e conflitos. Relações com potências tradicionais e emergentes.

Bibliografia básica:

LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2011.
MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (eds.). **A África desde 1935**. 2ª. Ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
MBEMBE, A. **Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Pedago/Mulemba, 2014.
M'BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações (Tomo II)**. Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.
VISENTINI, P. F. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia complementar:

ESEDEBE, P. O. **Pan-Africanism: the idea and movement, 1776-1991**. Howard University Press, 1994.
MAMDANI, M. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.
MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África**, vol. VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010.

SARAIVA, J. F. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, P.; RIBEIRO, L. D. **História da África e dos africanos**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.

13.2.4 Eixo: Direito Internacional

Direito, guerra e política nas relações internacionais

Ementa: Paz civil: perspectivas liberal e realista; Guerra e política; legalização contemporânea da guerra; cosmopolitismo e criminalização da guerra; política internacional como guerra.

Bibliografia Básica:

DINSTEIN, Y. **Guerra, agressão e legítima defesa**. São Paulo: Manole, 2004.

BYERS, M. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WALTZ, K. **O homem, o Estado e a guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VARGAS, J. H. C. A Diáspora Negra como Genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2, p. 31-65, jul.-out. 2010.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações internacionais contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERRAJOLI, L. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WALZER, M. **Guerras justas e injustas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAGA JÚNIOR, M. **Michel Foucault: a legitimidade e os corpos políticos**. São Paulo: Manole/Minha Editora, 2007.

Direito Internacional Ambiental

Ementa: Formação do Direito Internacional Ambiental, Aspectos gerais do Direito Internacional do Meio Ambiente, Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente, Tratados e Convenções Internacionais, Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade.

Bibliografia Básica:

SILVA, G. E. do N. **Direito Ambiental Internacional**. Rio de Janeiro: Thex, 2012.

SOARES, G. F. S. **A Proteção Internacional do Meio Ambiente**. São Paulo: Manole, 2004.

ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2013.

PNUMA - Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial: GEO 3**. Brasília: IBAMA, 2004. [LIVRO]

INOUE, C. Y. A. O Conceito de Regime Global de Biodiversidade. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. da C. **Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

Bibliografia Complementar:

SILVA, J. A. da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SOARES, G. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. São Paulo: Manole, 2003.

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D. (orgs.). **Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FREITAS, G. P. de. **Crimes contra a Natureza**. 9.ed. São Paulo: RT, 2012.

GUERRA, S. **Curso de Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Tópicos Especiais sobre Tribunal Penal Internacional

Ementa: Tribunal Penal Internacional: formação, estrutura e ordem jurídica. Estatuto de Roma. Responsabilidade Penal no âmbito internacional. Competência e Jurisdição. Seletividade da justiça internacional. África e geopolítica da criminalização.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, C. P.; VILALONGA, J. E.; PATRÍCIO, R. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e Textos Complementares**. Coimbra: Almedina, 2002.

BAZELAIRE, J-P.; CRETIN, T. **A Justiça Penal Internacional: sua evolução, seu futuro de Nuremberg a Haia**. São Paulo: Manoele, 2004.

CASSESE, A.; DELMAS-MARTY, M. **Crimes Internacionais e Jurisdições Internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

MENEZES, F. V. de A. A República do Sudão e o Estatuto de Roma. **Consulex Revista Jurídica**, v. 13, n. 305, p. 46-49, set. 2009.

WERLE, G.; FERNANDEZ, L.; VORMBAUM, M. (eds.). **Africa and the International Criminal Court**. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2014.

Bibliografia Complementar:

BADMUS, I. A. “Nosso Darfur, Darfur Deles”: A Política Desviante do Sudão e a Nascente “Limpeza Étnica” em uma Emergente Anarquia Africana. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 309-360, mai./ago. 2008.

JAPIASSÚ, C. E. A. **O Tribunal Penal Internacional: a internacionalização do direito penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

DE PAULA, L. A. **Genocídio e o Tribunal Internacional para Ruanda**. Rio de Janeiro: Appris, 2014.

MAIA, M. **Tribunal Penal Internacional: Aspectos Institucionais, Jurisdição e Princípio da Complementariedade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MAZZUOLI, V. de O. **O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro**. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

13.2.5 Eixo: Ciências Humanas e Relações Internacionais

Avaliação de políticas públicas

Ementa: Avaliação de políticas públicas e de seus resultados e processos. Mecanismos de mensuração, acompanhamento e controle, tanto por parte do Estado como da sociedade. Relação do Estado e dos setores públicos não-estatais com o cidadão tendo em vista as políticas públicas. Conhecimento acerca da disponibilidade, abrangência e potencialidade das pesquisas, fontes de dados, publicações e relatórios existentes no Sistema Estatístico Brasileiro, bem como da definição dos principais indicadores para elaboração de diagnósticos da realidade social; econômica e ambiental em diferentes escalas para subsidiar a formulação e avaliação de programas públicos em diferentes áreas de atuação governamental.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.). **Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001, p. 44-55.

BAKER, Judy. Avaliando o impacto de projetos em desenvolvimento voltados à pobreza. In:

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

CARVALHO, S. N. de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003.

Bibliografia Complementar:

CONILL, E. M. Políticas de atenção primária e reformas sanitárias: discutindo a avaliação a partir da análise do Programa Saúde da Família em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 1994-2000. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 18 (Suplemento), p. 191-202, 2002.

CONTANDRIOPOULOS, A-P. Avaliando a institucionalização da avaliação. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11, v. 3, p. 705-711, 2006.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 15, nov. 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, jun. 2001.

Cosmopolitismos Críticos

Ementa: Geofilosofia. Provincializar a Europa. Cosmopolitismos descoloniais. Cosmopolitismo multicultural. Cosmopolíticas ameríndias e o Antropoceno. Afropolitanismo e pensamento-mundo. Universais e Particulares culturais.

Bibliografia Básica:

BALIBAR, E. Del cosmopolitismo a la cosmopolítica. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 31, p. 85-100, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

MBEMBE, A. **Sair da grande noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Pedagogo, 2014.

SOUSA SANTOS, B. **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Bibliografia Complementar:

APPIAH, K. A. **Cosmopolitismo**: Ética num mundo de estranhos. Trad. A. C. Fonseca. Lisboa: Edições Europa-América, 2008.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008: 71-114.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie/ Instituto Socioambiental, 2014.

WIREDU, K. **Cultural Universals and Particulars**: An African Perspective. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

Filosofia das Relações Internacionais

Ementa: Cosmopolitismos: modernidade e desdobramentos contemporâneos. Filosofia das relações internacionais, enquadramento disciplinar e objeto de estudo. Filosofia e geopolítica: linhas globais.

Bibliografia Básica:

BECK, U. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

KANT, I. **Rumo à paz perpétua**. São Paulo: Ícone, 2010.

RAMEL, F. **Philosophie des relations internationales**. 2.ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
SCHMITT, C. **O nomos da terra no direito das gentes do *jus publicum europaeum***. São Paulo: Contraponto, 2014.

Bibliografia Complementar:

CHUNG, R.; NOOTENS, G. **Le cosmopolitisme**. Enjeux et débats contemporains. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2010.
DERRIDA, J. **Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!** Trad. F. Bernardo. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001.
KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 2008.
SLOTERDIJK, P. **No mesmo barco**. Ensaio sobre a hiperpolítica. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

Planejamento de políticas públicas

Ementa: Estudo e execução das políticas públicas por meio da análise de seus processos fundamentais: os diversos aspectos constitutivos da formação da agenda das políticas públicas; sua formulação (condicionantes, instituições e atores), processo de implementação. Relação do Estado e dos setores públicos não-estatais com o cidadão tendo em vista as políticas públicas.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.). **Tendências e Perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE; PUC, 2001, p. 44-55.
JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v.56, n.2, p. 137-160, abr/jun 2005
GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.
SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Bibliografia Complementar:

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 15, nov. 2000.
GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
KON, A. (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
MATUS, C. **Política, planejamento & governo**. Tomos I e II. Brasília: IPEA, 1993.
PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa: PNUD, 2009.
TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

Sociologias das Relações Internacionais

Ementa: Sociedades do Sul global. A sociedade internacional e o sistema internacional. Globalização e nova ordem mundial: conceitos e perspectivas. A realocação da governação. Estado-Nação e relações internacionais. A emergência de uma política global. A construção europeia no contexto de globalização. As consequências sociais da globalização. A natureza global das relações económicas. A dimensão cultural: Cosmopolitismo e reforço das identidades locais.

Bibliografia Básica:

- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CASTELLS, M. **A Idade da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol 3: O fim do milênio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FERNANDES, A. T. **Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais**. Porto: Afrontamento, 2006.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

Bibliografia Complementar:

- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Race, nation, class: ambiguous identities**. London: Verso, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **O século XXI: o socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SINGER, P. **Um só mundo: a ética da globalização**, Lisboa: Gradiva, 2004.

Teoria política contemporânea

Ementa: Conceitos de Soberania, Democracia e Cidadania. Poliarquia. Representação política e os limites a participação dos cidadãos nas democracias. A política como atividade especializada e o papel das burocracias especializadas. As teorias das elites. Soberania, Cidadania e Integração Regional diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

- BOBBIO, N.; BOVERO, M. (orgs). **Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. (orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- TARROW, S. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)**. São Paulo: EdUSP, 1996.

Bibliografia Complementar:

- BORON, A. A.; VITA, Á. de (orgs.). **Teoria y filosofia politica: La recuperacion de los clasicos en el debate latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- DAHL, R. A. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- FERES JUNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria Política Contemporânea: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- GOODIN, R.; PETTIT, P. **Contemporary political philosophy: an anthology**. Oxford: Blackwell, 2006.
- O'DONNELL, G. **Democracia, Agência e Estado: Teoria com Intenção Comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Tópicos Avançados em Políticas Raciais Comparadas

Ementa: Racismos e antirracismos comparados. Mobilização política étnica e racial no mundo contemporâneo. Mudanças constitucionais e políticas multiculturalistas. Ação Afirmativa e políticas públicas racializadas. Teoria dos movimentos negros e dos movimentos sociais.

Bibliografia Básica:

- CUNHA, O. Depois da Festa: movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Editora 34, 1999.

HANCHARD, M. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

POUTIGNAT, P.; FENART, J. S. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SANTOS, M. A. **Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e Colômbia (1991-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2012.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ESCOBAR, A. (orgs.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GUIMARÃES, A. **Classes sociais, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GRUESO, L.; ROSERO, C.; ESCOBAR, A. O Processo de organização da comunidade negra na costa meridional do pacífico da Colômbia. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; HANCHARD, M.; CHUNG, E. From Race Relations to Comparative racial politics: a survey of cross-national scholarship on race in the social sciences. **Du Bois Review**, n. 1, v. 2, p. 319-343, sep. 2004.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SANTOS, Marcio André. *Formação racial, nação e mestiçagem na Colômbia*. In.: Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-58, 2014.

13.2.6 Eixo: Línguas estrangeiras

Língua Inglesa para Fins Acadêmicos I

Ementa: Desenvolvimento das habilidades e estratégias de leitura e compreensão de textos acadêmicos autênticos da Língua Inglesa. Noções introdutórias de produção de textos. Fatores de textualidade e intertextualidade na leitura e produção de textos de diferentes gêneros. Ideologia e construção de sentido.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, N. J. **Active: Skills for reading**. Book Intro. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

ANDERSON, Neil J. **Active: Skills for reading**. Book 1. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **Academic Vocabulary in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental**. Módulo 1. Estratégias de Leitura. São Paulo: Texto Novo, 2000.

WILLIAMS, J.; BROWN, K.; HOOD, S. **Academic Encounters**. Level 1: Student's Book Reading and Writing - The Natural World. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia Complementar:

CRISTOVÃO, V. L. L. **Modelos didáticos de gênero: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira**. Londrina: UEL, 2007.

KANE, T. S. **Essential guide to writing**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SOUZA, A. G. F. *et al.* **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: DISAL, 2005.

PALTRIDGE, B; STARFIELD, S. **The Handbook of English for Specific Purposes**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Bibliografia Suplementar:

RAMOS, R. de C. G.; DE LIMA-LOPES, R. E.; GAZOTTI-VALLIM, M. A. Análise de necessidades: identificando gêneros acadêmicos em um curso de leitura instrumental. **The Especialist. Pesquisa em Línguas para Fins Específicos. Descrição, Ensino e Aprendizagem**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2004. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/9463> . Acesso: 28 set. 2016.

THOMPSON, P; TRIBBLE, C. Looking at citations: Using corpora in English for academic purposes. **Language learning and technology**, Michigan, v. 5, n. 3, p. 91-105, 2001. Disponível em: <http://ilt.msu.edu/vol5num3/thompson/>. Acesso: 28 set. 2016.

Língua Inglesa para Fins Acadêmicos II

Ementa: Aprofundamento das habilidades e estratégias de leitura e compreensão de textos acadêmicos autênticos da Língua Inglesa. Produção de textos. Fatores de textualidade e intertextualidade na leitura e produção de textos de diferentes gêneros. Ideologia e construção de sentidos.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, N. J. **Active**: Skills for reading. Book 2. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

ANDERSON, N. J. **Active**: Skills for reading. Book 3. Third Edition. Singapore: Heinle & Heinle, 2013.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental**. Módulo 2. Estratégias de Leitura. São Paulo: Texto Novo, 2001.

WILLIAMS, J.; BROWN, K.; HOOD, S. **Academic Encounters**. Level 2. Student's Book Reading and Writing: American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILLIAMS, J.; BROWN, K.; HOOD, S. **Academic Encounters**. Level 3. Student's Book Reading and Writing: Life in Society. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia Complementar:

CELANI, Maria A. A. *et al.* **The Brazilian ESP project**: an evaluation. São Paulo: EDUC, 1988.

CHARLES, M.; PECURARI, D. **Introducing English for Academic Purposes**. Oxford: Routledge, 2016.

HYLAND, K. *et al.* (Ed.). **The Routledge handbook of English for academic purposes**. New York: Routledge, 2016.

JENKINS, J.; LEUNG, C. **English as a lingua franca**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2013.

JORDAN, R. R. **English for academic purposes**: a guide and resource book for teachers. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Bibliografia Suplementar:

BÉRTOLI, P. P.; SHEPHERD, T. M.G. Escrita Acadêmica: Um estudo exploratório de quadrigramas. **The ESPECIALIST. Pesquisa em Línguas para Fins Específicos. Descrição, Ensino e Aprendizagem**, São Paulo, v. 36, n. 2, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/23980>. Acesso: 26 set. 2016.

PALTRIDGE, B. Genre and English for Specific Purposes. **Genre Across Borders: an international interdisciplinary network of researchers, theories and resources**, Waterloo, 2011. Disponível em: <http://www.genreacrossborders.org/research/genre-and-english-specific-purposes>. Acesso: 26 set. 2016.

Inglês: Língua e Cultura I

Ementa: Introdução a situações prático-discursivas da língua e cultura inglesa mediante o uso de estruturas léxico-gramaticais para o desenvolvimento inicial das quatro habilidades comunicativas em nível elementar. Aspectos sócio-culturais e interculturais de temas do cotidiano acadêmico em língua inglesa. Noções da literatura africana em língua inglesa.

Bibliografia Básica:

AFRICAN POETRY PROJECT. **Letters from Africa:** the modern African poetry compilation. Seattle: Createspace, 2015.

GOLDSTEIN, Ben. **Framework.** Elementary Level - Livro 1A. São Paulo: Richmond-Moderna, 2007 (com caderno de exercícios).

MOORE, G.; ED, U. B. (Org.) **The Penguin Book of Modern African Poetry.** Penguin Books: Inglaterra, 1998.

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use.** USA: Cambridge, 2007.

OSTROWSKA, S. **Unlock.** Reading and Writing Skills 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Bibliografia Complementar:

LARSEN-FREEMAN, D. **Grammar Dimensions 1** – Form, meaning and use. Cengage Learning, 2008.

RICHARDS, J. **Interchange 1** - 3rd Edition. Cambridge: CUP, 2005.

RICHARDS, J. **Interchange Intro** - 3rd Edition. Cambridge: CUP, 2005.

THEWLIS, S. **Grammar Dimensions 3** – Form, meaning and use. Boston: Cengage Learning, 2006.

WISNIEWSKA, I; SAMUDA, V; RIGGENBACH, H. **Grammar Dimensions 2** – Form, meaning and use. Boston: Cengage Learning, 2006.

Bibliografia Suplementar:

BALTIS, C.; KENNEDY, P. **Today in the Life, Yesterday in the Life and Tomorrow in the Life:** A collection of stories for English language learners. Toledo: Hippo Books, 2014.

HAWTHORNE, N. **The House of the Seven Gables.** English Graded Readers. Level 1. São Paulo: Pearson, 2008.

14. AVALIAÇÃO

14.1 Parâmetros gerais

A avaliação da aprendizagem é normatizada pelo Regimento Geral da Unilab. A avaliação acadêmica deve ser diagnóstica, formativa e somativa (Resolução S/N/CONSUP/2011). No curso de graduação em Relações Internacionais o estudante deverá obter média igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o estudante obtenha média inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), lhe será facultado a realização de um Exame Final.

A nota mínima de aprovação segue as diretrizes legais aprovadas para os cursos de graduação da Unilab, levando-se em conta, também, a frequência mínima de 75%.

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem do curso de Relações Internacionais é realizado através de diferentes metodologias de avaliação de acordo com o conteúdo e especificidade de cada disciplina. Entre elas estão previstas avaliações teóricas escritas ou orais, avaliações de atividades práticas, de atividades em grupo, assim como relatórios de atividades complementares, de viagens e visitas técnicas, de apresentações de seminários, defesas de trabalhos individuais ou em grupo e análise de artigos. A verificação do alcance dos objetivos ao longo de cada disciplina é realizada continuamente, enquanto o período letivo transcorre, de acordo com os instrumentos e critérios de avaliação previstos no plano de ensino de cada professor/disciplina.

As disciplinas devem ser lecionadas tendo como foco o desenvolvimento analítico e criativo do estudante, além de se incentivar o seu poder de expressão e comunicação. As avaliações devem ser realizadas tendo estes princípios como base e observando-se os seguintes aspectos: aprendizagem dos conteúdos ministrados, capacidade de análise crítica, responsabilidade, desenvolvimento de raciocínio, capacidade de comunicação oral e escrita, postura, cooperação e participação em sala de aula.

14.2. Parâmetros de avaliação do currículo

A avaliação do currículo do Curso de Graduação em Relações Internacionais será realizada:

- por meio de reuniões semestrais do Núcleo Docente Estruturante, tendo por objetivo avaliar a dinâmica de integração curricular e a execução das ementas definidas neste projeto pedagógico;
- pela Comissão de Avaliação Permanente paritária constituída por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do curso de Relações Internacionais. Seu objetivo é, semestralmente, diagnosticar, planejar e executar ações, em conjunto com o colegiado e a coordenação de curso, que contribuam para a excelência da atividade docente e discente. O prazo para a convocação de eleições e formação da Comissão de Avaliação Permanente será de até dois semestres após o início das atividades acadêmicas do curso. Uma vez instituída novas eleições serão realizadas a cada dois anos de exercício da Comissão.

15. REFERÊNCIAS

- ABRI. Associação Brasileira de Relações Internacionais. **Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=13&ID_INFORMATIVO=139>. Acesso: 12 jun. 2016.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 12 jun. 2016.
- BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada... **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de setembro de 2008, Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria INEP n.º 133, de 24 de Junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de Junho de 2009, Seção 1, p. 26.
- BRASIL. Lei 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de julho de 2010, Seção 1, p. 4.
- BRASIL. Ministério da Educação, Portaria Normativa n.º 06, de 14 de março de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de março de 2012, Seção 1, p. 5.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição Extra de 26 de junho de 2014, Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES No. 2. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.
- FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- FRAGA FILHO, W. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. **Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth**, v. 1, p. 40-68, 2009.
- GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S. **Território Recôncavo**: políticas públicas. Salvador. 15 abr. 2013. 42 slides. Apresentação em Powerpoint. Disponível em: http://pt.slideshare.net/Jose_Sergio_Gabrielli/apresentao-recncavo-baiano>. Acesso: 10 set. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1991**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm> Acesso: 10 ago. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso: 10 mar. 2016.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Superior 2008**. [Brasília, 2009]. Disponível em: <http://www.download.inep.gov.br/download/censo/2008/sinop_sup_2008_versao_preiminar.zip>. Acesso: 12 jun. 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Padrões de Qualidade para o curso de Relações Internacionais**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso: 12 jun. 2016.

SANTANA, A. 461 anos de Salvador: sobre o mestre Luís Dias. **Mar de Histórias**. Salvador, 29 mar. 2010. Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2010/03/29/461-anos-de-salvador-sobre-o-mestre-luis-dias/> Acesso: 10 set. 2016.

SANTOS, B; MENESES, M. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de A. (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100.

SOUZA, E. M. O. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013.

UFABC. Universidade Federal do ABC. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**. [São Bernardo do Campo, 2015]. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsEP/anexo-resolucao-190_revisao-projeto-pedagogico-relacoes-internacionais-bri.pdf>. Acesso: 15 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Diretrizes Gerais**. Redenção, CE: Comissão de Implantação da Unilab, 2010. Disponível em: <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf>. Acesso: 10 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Estatuto da Unilab**. Redenção, CE, Aprovado em reunião do Conselho Superior de 22 de março de 2013. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf>. Acesso: 10 jun. 2016.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Resolução 20/2015**. Redenção, CE, Consuni: 9 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolucao-nº-20-2015-Altera-a-resolucao-nº-24-2011-que-dispõe-sobre-normas-gerais-para-as-Atividades-Complementares.pdf>, Acesso: 3 de dezembro de 2016.

No da Revisão	Texto Modificado	Data da Revisão
01	29 de agosto de 2016	01,02,03,04 dezembro 2016
02	04 de dezembro de 2016	17 de dezembro 2016
03	Páginas 1, 3, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71	3 até 13 de fevereiro 2017